

**EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS
CURSO DE DIREITO DA FCA/UPE**

Ementas das disciplinas do 1º Período:

<p>INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO</p> <p>EMENTA Especificidade do Direito: origem, conceitos fundamentais, problemas e temas relevantes. A Ordem social e a ordem jurídica. Direito, sociedade e Estado. Natureza e cultura. Principais correntes do pensamento jurídico contemporâneo. Fontes do Direito: estatais e não estatais. Lei e norma jurídica. Direito e moral. Direito, equidade e justiça. Direito objetivo e Direito subjetivo. Direito Positivo e Direito Natural. Relações jurídicas: sujeitos do Direito. Ramos do Direito: direitos público e privado.</p>		
<p>ÁREA/EIXO/NÚCLEO Propedêutica</p>	<p>COMPETÊNCIA (S) Desenvolver uma visão panorâmica do fenômeno jurídico em suas três dimensões constitutivas: normativa, valorativa e fática construindo uma postura histórica, contextualizada e crítica do modelo de direito utilizado no Brasil.</p>	<p>HABILIDADES Desenvolver a capacidade de compreender o funcionamento prático das instituições políticas, econômicas e sociais estabelecidas por normas jurídicas; Desenvolver a capacidade de compreender a relação entre aquelas instituições e os ideais que as informam e legitimam.</p>
<p>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PONTO 1. FENÔMENO JURÍDICO: relações com a justiça, a moral e a política PONTO 2. ABORDAGENS TEÓRICAS: jusnaturalistas e juspositivistas PONTO 3. DIMENSÕES CONSTITUTIVAS: normativa, valorativa e fática PONTO 4. TEORIAS MODERNAS: da norma, do ordenamento, das antinomias e das lacunas PONTO 5. FONTES NORMATIVAS: estatais, não estatais e internacionais PONTO 6. CONCEITOS GERAIS: direitos objetivo e subjetivo; relação jurídica; fato, ato e negócio jurídicos; personalidade e capacidade</p>		
<p>REFERÊNCIAS</p> <p>Bibliografia Básica:</p> <p>DIMOULIS, Dimitri. Manual de Introdução ao Estudo do Direito. 6ª ed. rev. atual. e ampl, São Paulo, Rt, 2014. FERRAZ, Jr. Tércio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito: técnica, decisão, dominação. 7ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2013. REALE, Miguel. Lições Preliminares de Direito. 27ª ed. ajustada ao novo Código Civil. São Paulo: Saraiva, 2002.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>ASCENÇÃO, José de Oliveira. O direito. Rio de Janeiro: Renovar, 2001. BOBBIO, Norberto. Teoria da norma jurídica. São Paulo: Edipro, 2001. KELSEN, Hans. Teoria pura do direito. São Paulo: Martins Fontes, 2000.</p>		

TEORIA POLÍTICA E DO ESTADO

EMENTA

A disciplina Teoria da Política e do Estado parte da análise crítica do fenômeno político até sua estruturação no modelo estatal, por meio de um processo relacional interdependente entre Estado, Direito e Sociedade, constantemente retroalimentado nas práticas institucionais, sociais e culturais de dada sociedade no fluxo de sua historicidade.

ÁREA/EIXO/NÚCLEO	COMPETÊNCIA (S)	HABILIDADES
Propedêutica	Desenvolver uma visão panorâmica do fenômeno político na sua relação triádica entre Estado, Direito e Sociedade, construindo uma postura histórica, contextualizada e crítica dos modelos de política e de direito utilizados no Brasil.	Reconhecer a importância da Ciência Política e do Estado; interpretar as categorias da ciência política e do Estado; dominar os métodos da ciência política. Utilizar racionalmente as categorias da ciência política e do Estado; relacionar os conceitos políticos com as situações práticas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

PONTO 1. TEORIA DA POLÍTICA E DO ESTADO: conceito e temas relevantes

PONTO 2. TEORIAS POLÍTICAS MODERNAS: liberalismo e democracia

PONTO 3. CONCEITOS: soberania, legalidade, titularidade, limites e legitimidade do Poder Político

PONTO 4. ESPÉCIE DE ESTADO: Constitucional

PONTO 5. FORMA DE GOVERNO: Republicana

PONTO 6. SISTEMA DE GOVERNO: Presidencialista

PONTO 7. INSTITUIÇÕES POLÍTICAS ESTATAIS: Administração Pública, Congresso Nacional e Poder Judiciário

PONTO 8. ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS NÃO ESTATAIS: Partidos Políticos, Grupos de Pressão, Mídia e Opinião Pública

REFERÊNCIAS

Bibliografia Básica:

AZAMBUJA, Darcy. Teoria Geral do Estado. 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Globo, 2008.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. 31ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

DALLARI Jr. Hécio de Abreu. Teoria Geral do Estado Contemporâneo. 4ª ed. São Paulo: Rideel, 2011.

Bibliografia Complementar:

FLEINER-GERSTER, Thomas. Teoria Geral do Estado. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

KELSEN, Hans. Teoria geral do direito e do Estado. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FARIAS NETO, Pedro Sabino de. Ciência Política: enfoque integral avançado. São Paulo: Atlas, 2011.

FILOSOFIA GERAL E JURÍDICA

EMENTA

O que é Filosofia. Objetos da Filosofia. Objetos de estudo da Filosofia Jurídica. Platão e Aristóteles. Os Estoicos e o direito natural. Hobbes, Locke e Rousseau. Kant e o Direito. Normativismo lógico de Hans Kelsen. Culturalismo axiológico de Miguel Reale. Habermas e a razoabilidade. John Rawls e a sociedade justa. Dworkin e os princípios.

ÁREA/EIXO/NÚCLEO	COMPETÊNCIA (S)	HABILIDADES
Propedêutica	<ol style="list-style-type: none">1. Exercitar o pensamento abstrato em face de circunstâncias da realidade concreta.2. Categorizar os objetos do conhecimento, distinguindo entre concretos e ideais.3. Valorar objetos e, em particular, condutas, em face de padrões teóricos específicos.4. Distinguir juízos de fato de juízos de valor.5. Explicitar os conceitos fundamentais das diferentes tradições filosóficas e concepções jurídicas, discernindo entre elas por suas características fundamentais.6. Decompor ideias complexas em suas partes constitutivas (efetuar análise)	<p>Interpretar, compreender e analisar textos, charges, figuras, fotos, gráficos e tabelas de conteúdo filosófico;</p> <p>Estabelecer comparações, contextualizações, relações, contrastes e reconhecer diferentes manifestações da Filosofia e da Filosofia Jurídica;</p> <p>Elaborar sínteses e extrair conclusões críticas;</p> <p>Criticar, argumentar, opinar, propor soluções fundamentadas na ordem filosófica.</p>

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Filosofia e seu objeto; filosofia e ciência.
2. Noções básicas da filosofia de interesse para o direito: verdade; necessidade e contingência; ser e dever ser.
3. O conhecimento, sua possibilidade e legitimação.
4. Pessoa humana, cultura e valores.
5. Ética e liberdade.
6. O Direito e suas diferentes concepções.
7. Relações entre Direito e moral.
8. A lei; a natureza da norma jurídica.
9. Poder e autoridade; o problema da legitimidade da coerção.
10. Direito, história e sociedade.

REFERÊNCIAS

Bibliografia Básica:

CHAUÍ, Marilena de S. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 2010.

REALE, Miguel. Filosofia do direito. São Paulo: Saraiva, 2010.

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca; ALMEIDA, Guilherme Assis de. Curso de filosofia do direito. São Paulo: Atlas, 2008.

Bibliografia Complementar:

ADEODATO, João Maurício. Filosofia do direito: uma crítica à verdade na ética e na ciência: em contraposição à ontologia de Nicolai Hartmann. São Paulo: Saraiva, 2007.

ALEXY, Robert. Conceito e validade do direito. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

DWORKIN, Ronald. O império do direito. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

HART, H. L. A. O conceito de direito. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

NADER, Paulo. Filosofia do direito. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

ANTROPOLOGIA JURÍDICA

EMENTA

A disciplina Antropologia Jurídica deverá contribuir para a formação do cidadão crítico, que compreenda a necessidade de se discutir os conceitos e preconceitos pertinentes as relações culturais, a diversidade étnica, a formação religiosa e as questões econômicas que influenciam nessas relações. O aluno conhecerá as áreas das Escolas Antropológicas e de como elas contribuíram para a formação de nossa realidade multicultural, sendo capaz de compreender o pluralismo jurídico brasileiro, a partir de questões locais e influências externas, bem como compreenderá a formação dos estudos sobre o perfil do criminoso e suas repercussões no âmbito jurídico.

<p>ÁREA/EIXO/NÚCLEO Propedêutica</p>	<p>COMPETÊNCIA (S)</p> <p>1. Estar apto a conhecer o saber antropológico, ter noções sobre cultura e suas relações com o direito.</p> <p>2. Compreender as categorias básicas, bem como sua aplicação, ao saber antropológico aplicado ao direito.</p>	<p>HABILIDADES</p> <p>1. Adquirir competências a respeito da antropologia do poder, da violência, da família, dos processos, do parentesco e das normas/tabus.</p> <p>2. Enfrentar o debate sobre o universalismo x particularismo das culturas e do direito.</p> <p>3. Conhecer a relação entre culturas e direitos humanos.</p>
<p>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</p> <p>1. Noções gerais sobre a antropologia jurídica;</p> <p>1.1. A constituição dos campos de análise e pesquisa da antropologia jurídica;</p> <p>1.2. Nascimento da antropologia jurídica e sua relação com o colonialismo;</p> <p>1.3. As especificidades da antropologia jurídica;</p> <p>1.4. Desenvolvimento da antropologia jurídica;</p> <p>1.5. Principais escolas e seus representantes mais significativos;</p> <p>1.6. Tendências atuais da antropologia jurídica.</p> <p>2. O conceito de cultura (natureza, teorias e conceitos correlatos);</p> <p>2.1. O conceito de cultura enquanto superação das análises raciais;</p> <p>2.2. Os conceitos de etnocentrismo, racismo e alteridade;</p> <p>2.3. A perspectiva do multiculturalismo;</p> <p>2.4. Multiculturalismo, fusão de horizontes e hermenêutica diatópica;</p> <p>2.5. O conceito de pluralismo jurídico a partir do viés antropológico;</p> <p>2.6. O pluralismo jurídico e sua relação com o multiculturalismo;</p> <p>2.7. O pluralismo jurídico como fundamento do direito das minorias e dos povos autóctones.</p> <p>3. A abordagem antropológica do direito na sociedade brasileira;</p> <p>3.1. Principais tendências da análise antropológica do direito no Brasil;</p> <p>3.2. A antropologia jurídica como veículo de proteção dos direitos das minorias e dos povos autóctones – o exemplo do direito dos povos indígenas.</p> <p>4. Identificar as repercussões das culturas nos processos de formação das normas jurídicas, partindo da análise do controle social para a formação de uma ciência que construa a imagem do criminoso.</p>		

REFERÊNCIAS

Bibliografia Básica:

MELLO, Luiz Gonzaga de. Antropologia cultural: iniciação, teoria e temas. Petrópolis: Vozes, 2002.
LOWY, Michael. Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 2002.
RADCLIFFE-BROWN, A. R.; FERNANDES, Florestan (coord.). Antropologia. São Paulo: Ática, 1995.

Bibliografia Complementar:

DaMATTA, Roberto. Relativizando: uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. 20ª ed. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2006.
ROULAND, Norbert. Nos confins do direito: antropologia jurídica da modernidade. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
OLIVEIRA, Luis Cardoso de. Direito legal e insulto moral: dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e EUA. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

SOCIOLOGIA GERAL E JURÍDICA

EMENTA

O aluno descobrirá, nesta disciplina, que a matéria sociologia e direito faz com que ciência jurídica chegue ao encontro da sociologia. É a perspectiva sociológica no estudo do Direito. Afinal, o aluno terá uma concepção de "totalidade" do fenômeno jurídico nas suas perspectivas de vigência (ciência do direito), de sua eficácia (Sociologia Jurídica) e de sua legitimidade (filosofia do direito). Ele entenderá que o Direito reclama também a tríplice superação: superação da reprodução técnica do direito vigente, superação da reprodução ideológica dos valores incorporados no direito vigente e a superação da reprodução histórica de uma dada sociedade, levando em conta as relações étnico-raciais, a história e cultura dos povos, os direitos humanos e as políticas de preservação do meio ambiente.

<p>ÁREA/EIXO/NÚCLEO Propedêutica</p>	<p>COMPETÊNCIA (S)</p> <p>1- Estabelecer a relação entre as diferenças sociais existentes no Brasil e na região agreste de Pernambuco e o desigualdade econômica e de oportunidades, bem como relacionar as normas jurídicas como mantenedoras desta relação;</p> <p>2- Relacionar o direito brasileiro com os fenômenos de ordem global que influenciam a criação de uma normatização internacional;</p> <p>3- Compreender a importância dos métodos sociológicos para a formação de uma ciência que estude o fenômeno jurídico, bem como refletir sobre a sua legitimidade e eficácia.</p>	<p>HABILIDADES</p> <p>1. Pensar, raciocinar e posicionar-se criticamente sobre a realidade social historicamente dada.</p> <p>2- Atuar como agentes de transformação pela utilização e aplicação do Direito, visando o engajamento no processo de construção da cidadania.</p> <p>3- Conceber o Direito como uma totalidade, quando o ordenamento jurídico se evidencia em suas perspectivas de vigência.</p> <p>4- Superar a reprodução técnica e a ideológica dos valores incorporados do Direito vigente.</p> <p>5- Atingir um conhecimento mais acurado da complexidade do fenômeno jurídico e da sua manifestação enquanto estrutura normativa.</p> <p>6- Atingir uma visão crítica do Direito de modo que possa manejar com certo vigor, as ideias e os conceitos que fundamentam a teoria Sociológica do Direito.</p>
--	--	--

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A Sociologia Jurídica

- 1.1 - Conceito e formação: condições sociais e possibilidades teóricas
- 1.2 - Temáticas: senso comum, senso crítico, tempo e espaço, (Des) familiarização, sujeitos de conhecimento e sujeitos sociais
- 1.3 - Sociologia das ausências e das emergências
- 1.4 - Positivismo científico e positivismo jurídico: a contribuição de Auguste Comte e Hans Kelsen

Direito e Controle Social

- 2.1 - O sistema de controle social e seus mecanismos
- 2.2 - Direito e poder

Gênese Social do Direito

- 3.1 - O problema da origem do direito
- 3.2 - Quadro comparativo do direito das sociedades ágrafas e do direito moderno

Direito e Mudança Social

- 4.1 - Processo de mudança social
- 4.2 - O direito com agente transformador
- 4.3 - Direito, reforma, revolução e conflito social

O Direito e o fenômeno econômico

- 5.1 - Teoria marxista do direito
- 5.2 - Direito e desenvolvimento

Estratificação social e direito

- 6.1 - Conceito e espécies de estratificação social
- 6.2 - Repercussões jurídicas da estratificação sexual, etária e social
- 6.3 - O direito na sociedade de classes

Direito e comunidades tradicionais

O Direito e outros fenômenos sociais

- 8.1 - Religião e direito
- 8.2 - Família e direito
- 8.3 - Poder político e direito
- 8.4 - Violência e direito

Racismo e direito

Direito, sociologia e gênero

REFERÊNCIAS

Bibliografia Básica:

NETO, Pedro Scuro. Sociologia Geral e Jurídica: manual dos cursos de direito. São Paulo-SP: Saraiva, 2004.

SABADELL, Ana Lúcia. Manual de Sociologia Jurídica: introdução a uma leitura externa do direito. 3ª edição. São Paulo-SP: Revista dos Tribunais, 2008.

BEZERRA, Paulo Cesar Santos. Sociologia jurídica. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.

Bibliografia Complementar:

BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. Aprendendo a pensar com a sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

LUHMANN, Niklas. Sociologia do Direito. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983 (Volumes I e II).

HABERMAS, Jürgen. Direito e Democracia: entre faticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

LEVY-BRUBL, Henri. Sociologia do Direito. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza Santos. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2013.

LIBRAS

EMENTA

Línguas de Sinais e minoria lingüística; as diferentes línguas de sinais; status da língua de sinais no

Brasil; cultura surda; organização lingüística da LIBRAS para usos informais e cotidianos: vocabulário;

morfologia, sintaxe e semântica; a expressão corporal como elemento lingüístico.

ÁREA/EIXO/NÚCLEO	COMPETÊNCIA (S)	HABILIDADES
Propedêutica	<ul style="list-style-type: none">- Conhecer as concepções sobre surdez;• Compreender a constituição do sujeito surdo;• Identificar os conceitos básicos relacionados à LIBRAS;• Analisar a história da língua de sinais brasileira enquanto elemento constituidor do sujeito surdo;	<ul style="list-style-type: none">- Caracterizar e interpretar o sistema de transcrição para a LIBRAS;• Caracterizar as variações lingüísticas, iconicidade e arbitrariedade da LIBRAS;• Identificar os fatores a serem considerados no processo de ensino da Língua de Sinais Brasileira dentro de uma proposta Bilingüe;• Conhecer e elaborar instrumentos de exploração da Língua de Sinais Brasileira.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Introdução ao conhecimento dos povos surdos.
Culturas surdas / identidades surdas.
Conhecimento na Língua de Sinais dos temas abaixo relacionados:
Nome / batismo do sinal pessoal
Aprendendo os sinais da Língua nos surdos:
vocabulário e expressão corporal
Apresentação pessoal e cumprimentos
Famílias e relações entre os parentescos
Saudações formais e informais
Numerais cardinais e numerais para quantidades
Advérbio de tempo/ dias de semana /calendário /ano sideral
Características das roupas/ cores
Cotidiano / situações formais e informais
Pessoas / coisas / animais/ esportes
Meios de comunicação / tecnologia
Alimentos e bebidas / pesos / medidas
Meios de transportes
Natureza
Mapa do Brasil/ Estados do Brasil

REFERÊNCIAS

Referências Básicas:

1. GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa? São Paulo, Editora Parábola: 2009.
2. PIMENTA, N. e QUADROS, R. M. Curso de Libras I. (DVD) LSBVideo: Rio de Janeiro. 2006.
3. QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. Estudos Lingüísticos: a língua de sinais brasileira. Editora ArtMed: Porto Alegre. 2004.

Referências Complementares:

1. CAPOVILLA, F.; RAPHAEL, Walkíria Duarte. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe da Língua de Sinais. Imprensa Oficial. São Paulo: 2001.
2. Dicionário virtual de apoio: <http://www.acessobrasil.org.br/libras/>
3. Dicionário virtual de apoio: <http://www.dicionariolibras.com.br/>
4. Legislação Específica de Libras – MEC/SEESP – <http://portal.mec.gov.br/seesp>
5. PIMENTA, N. Números na língua de sinais brasileira (DVD). LSBVideo: Rio de Janeiro. 2009.

METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA

EMENTA

A disciplina Metodologia da Pesquisa objetiva apresentar a importância da pesquisa jurídica como meio para uma percepção integral do fenômeno jurídico, descrevendo seus aspectos formais e aplicando-os continuamente como experiência prática do conhecimento teórico.

ÁREA/EIXO/NÚCLEO	COMPETÊNCIA (S)	HABILIDADES
Propedêutica	Desenvolver uma visão panorâmica da importância da pesquisa jurídica em sua formação e em sua percepção integral do fenômeno jurídico	Compreender aspectos estruturais e conteúdos da pesquisa jurídica

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- PONTO 1. Pesquisa Jurídica: conceito, classificação e métodos
PONTO 2. Pesquisa Jurídica: sua importância para a Ciência do Direito
PONTO 3. Pesquisa Jurídica: espécies
PONTO 4. Pesquisa Jurídica: metodologia
PONTO 5. Pesquisa Jurídica: etapas
PONTO 6. Projeto de Pesquisa Jurídica: trabalho monográfico e suas especificidades
PONTO 7. Elaboração do Projeto de Pesquisa Jurídica: estrutura
PONTO 8. Elaboração do Projeto de Pesquisa Jurídica: conteúdo

REFERÊNCIAS

Bibliografia Básica:

- MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica para o curso de Direito. São Paulo: Atlas, 2001.
NUNES, Luiz Antônio Rizzatto. Manual da Monografia Jurídica. 3ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2001.
OLIVEIRA, Silvio Luiz de. Metodologia Científica Aplicada ao Direito. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

Bibliografia Complementar:

- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do Trabalho Científico. 6ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2001.
LOPES, Jorge. O fazer do trabalho científico em ciências sociais aplicadas. Recife: EDUFPE, 2006.
SÁ, Elisabeth Schneider de ... /et. al./. Manual de Normalização de Trabalhos técnicos, científicos e culturais. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

HISTÓRIA DO DIREITO

EMENTA

A disciplina História do Direito objetiva descrever o fenômeno jurídico como um produto contingente historicamente que possui elementos que vão pouco a pouco se cristalizando culturalmente na experiência social de cada povo.

ÁREA/EIXO/NÚCLEO	COMPETÊNCIA (S)	HABILIDADES
Propedêutica	Desenvolver uma visão panorâmica formação e transformações históricas do fenômeno jurídico construindo uma postura contextualizada e crítica do modelo de direito utilizado no Brasil.	Compreender da evolução histórica do Direito, do pensamento jurídico, das instituições, conceitos e práticas legais antigas, modernas e contemporâneas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- PONTO 1. HISTÓRIA DO DIREITO: objeto, objetivos, metodologia e métodos
PONTO 2. GRÉCIA: a ideia do direito natural como modelo para o direito positivo
PONTO 3. ROMA: a ideia de codificação como concretização da prudência judicante
PONTO 4. MEDIEVO: a ideia do direito canônico como cristianização do direito romano
PONTO 5. RENASCENÇA: absolutismo político, reforma e contrarreforma religiosas
PONTO 6. MODERNIDADE: liberalismo, contratualismo, racionalismo e codificações
PONTO 7. CONTEMPORANEIDADE: normativismo, culturalismo e decisionismo
PONTO 8. BRASIL: colônia, império e república

REFERÊNCIAS

Bibliografia Básica:

- AZEVEDO, Luiz Carlos de. Introdução à História do Direito. 4ª ed. revista. São Paulo: Rt, 2013.
WOLKMER, Antonio Carlos (Coord.). Fundamentos de história do direito. Belo Horizonte, Del Rey, 2007.
WOLKMER, Antônio Carlos. História do Direito no Brasil. 8ª ed. revista com alterações. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

Bibliografia Complementar:

- ARAÚJO, Fernando. Aspectos da História do Direito no Brasil: opressão e bacharelismo, a gênese do positivismo no Brasil. Recife: Nossa Livraria, 2003.
COULANGES, Fustel de. A cidade antiga: estudos sobre o culto, direito e instituições da Grécia e de Roma. 2ª ed. São Paulo: Rt, 2011.
VILLEY, Michel. A formação do Pensamento Jurídico Moderno. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Ementas das disciplinas do 2º Período:

CRIMINOLOGIA

EMENTA

A disciplina visa proporcionar ao acadêmico uma formação crítica e propedêutica nos estudos criminológicos em seus diversos enfoques (sociológico, jurídico, antropológico, psicológico), com ênfase no debate criminológico contemporâneo. Visa também apontar a influência das teorias criminológicas nos movimentos de política criminal e nas modernas teorias penais, além de discutir a produção social da delinquência e as formas de administração da justiça penal, bem como analisar a situação da segurança pública, do sistema judicial e da criminalidade urbana violenta na sociedade brasileira à luz das teorias criminológicas.

ÁREA/EIXO/NÚCLEO	COMPETÊNCIA (S)	HABILIDADES
	Ser capazes de identificar a trajetória histórica do pensamento criminológico, através das principais teorias e autores que marcaram o desenvolvimento da disciplina desde o seu surgimento.	Compreender as relações entre a criminalidade e o controle penal em suas várias dimensões, possibilitando uma visão crítica e de conjunto das ciências criminais em seus diversos ramos (dogmática penal, criminologia, política criminal).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Introdução à Criminologia 1.1. Objeto 1.2. Método 1.3. Perspectiva histórica do saber criminológico.
2. História das Idéias Criminológicas: O surgimento do saber do crime - Escola Clássica e Escola Positiva.
3. História das Idéias Criminológicas: As Teorias Sociológicas sobre o crime e o controle penal.
3.1. Escola de Chicago; 3.2. Estrutural-Funcionalismo; 3.3. Teoria das Subculturas Delinqüentes;
3.4. Teorias do Conflito - Marxismo e Individualismo Metodológico; 3.5. Intencionismo Simbólico e Teoria do Etiquetamento.
4. História das Idéias Criminológicas: A Psicologia Criminal. 4.1. Psicanálise, Cognitivismo e Psiquiatria Criminal. 4.2. Modelos Biologicistas.
5. O pensamento criminológico contemporâneo. 5.1. A Criminologia Crítica - conteúdo, principais autores, influência nos modelos de política criminal, balanço. 5.2. Realismo - correntes e propostas de política criminal. 5.3. A Criminologia e a transição paradigmática - O Pós-Modernismo Criminológico.

REFERÊNCIAS

A) BÁSICA:

- ANDRADE, Vera Regina. A Ilusão da Segurança Jurídica. Porto Alegre: Ed. Livraria do Advogado, 2003.
- BARATTA, Alessandro. Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do direito penal. Rio de Janeiro: ICC/Revan, 2000.
- BECCARIA, Cesare. Dos Delitos e das Penas. São Paulo: Ed. Hemus, 1996.
- CERVINI, Raúl. Os Processos de Descriminalização. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2002.
- DIAS, Jorge de Figueiredo e ANDRADE, Manuel da Costa. Criminologia - O Homem Delinqüente e a Sociedade Criminógena. Coimbra: Ed. Coimbra, 1997.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir - Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.
- GARCIA-PABLOS DE MOLINA, Antônio e GOMES, Luiz Flávio. Criminologia. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1997.
- HULSMAN, Louk & CELIS, J. B. Penas Perdidas. Niterói: Luam, 1997.
- ZAFFARONI, Eugênio Raul. Em Busca das Penas Perdidas. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 1999.

B) COMPLEMENTAR:

- ADORNO, Sérgio. Violência, Controle Social e Cidadania: Dilemas da Administração da Justiça Criminal no Brasil. Rev. Crítica de Ciências Sociais nº 41, dezembro de 1994, p. 101/127.
- BENTHAM, Jeremy. O Panóptico - organização e tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- DURKHEIM, Emile. Da Divisão do Trabalho Social. In Os Pensadores vol. XXXIII, Ed. Abril, 1973, p. 303/372.
- FREUD, Sigmund. O Mal-Estar na Civilização. Rio de Janeiro: Ed. Imago, 1974.
- LARRAURI, Elena. La Herencia de la Criminologia Crítica. Madrid: Siglo Veinteuno, 1991.
- PASSETI, Edson & Silva, Roberto Dias (org.). Conversações Abolicionistas: Uma Crítica do Sistema Penal e da Sociedade Punitiva. São Paulo: IBCCrim/PEPG Ciências Sociais PUCSP, 1997.
- TAVARES DOS SANTOS, J. V. (org.). Violência em Tempo de Globalização. São Paulo: Ed. Hucitec, 1999.
- TAYLOR, WALTON e YOUNG. La Nueva Criminologia. Buenos Aires: Ed. Amorrortu, 1990.

DIREITO CONSTITUCIONAL I

EMENTA: A criação da Constituição, como manifestação do poder constituinte e a evolução do Direito Constitucional. A importância do histórico das constituições brasileiras com ênfase na atual Constituição de 1988 e suas normas; e a teoria dos direitos fundamentais.

<p>ÁREA/EIXO/NÚCLEO DIREITO/PROFISSIONAL/PÚBLICO</p>	<p>COMPETÊNCIA (S) Desenvolver uma visão crítica e prática da evolução do Direito Constitucional e aplicação da Constituição de 1988. Concretização das noções teóricas trabalhadas na aula.</p>	<p>HABILIDADES Compreensão de textos doutrinários. Análise crítica da aplicação da Constituição de 1988. Compreensão e interpretação sistemática de normas constitucionais. Argumentação da interpretação da Constituição. Aprimoramento da expressão ora e escrita. Análise sobre a teoria dos direitos fundamentais.</p>
<p>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Direito constitucional: objeto e método. 2. Noções de Estado: o Estado constitucional. 3. Evolução histórica do constitucionalismo e o Neoconstitucionalismo. 4. Poder constituinte. 5. Constituição: Classificação das Constituições. 6. Normas constitucionais. 7. A hermenêutica. 8. História constitucional do Brasil. 9. A Constituição de 1988 e os princípios constitucionais fundamentais. 10. Teoria Geral dos Direitos Fundamentais: tópicos e limitações. 11. Ativismo e Judicialização 		
<p>REFERÊNCIAS</p> <p>BÁSICA:</p> <p>BARROSO, Luis Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo, 5 ed. São Paulo: Atlas, 2015.</p> <p>MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.</p> <p>TAVARES, André Ramos. Curso de direito constitucional, 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.</p> <p>COMPLEMENTAR</p> <p>AGRA, Walber. Curso de Direito Constitucional, 8 ed. São Paulo: Método, 2014.</p> <p>BARROSO, Luis Roberto. O direito constitucional e a efetividade de suas normas. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.</p> <p>BONAVIDES, Paulo. Do Estado liberal ao Estado social. São Paulo: Malheiros, 2001.</p> <p>CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito constitucional e teoria da constituição. Coimbra: Almedina, 2003.</p> <p>DIMOULIS, Dimitri; MARTINS, Leonardo. Teoria Geral dos Direitos Fundamentais, 5 ed. São Paulo: Atlas, 2014.</p> <p>SILVA, José Afonso. Aplicabilidade das Normas Constitucionais, 8 ed. São Paulo: Malheiros, 2012.</p>		

TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL

EMENTA

Direito Civil: Fontes, princípios e conceitos fundamentais; A constitucionalização do direito civil. Sujeitos de direito e Personalidade Jurídica. Pessoas Naturais: estado e capacidade; incapacidades; emancipação; da proteção jurídica do nascituro e do embrião. Morte e ausência. Registro civil das pessoas naturais. Direitos da personalidade. Pessoas jurídicas: natureza; classificação; limites da personalidade jurídica; a desconsideração da personalidade jurídica; registro civil das pessoas jurídicas. Dos bens e sua classificação; patrimônio geral e patrimônios especiais. Fatos jurídicos, atos jurídicos, atos ilícitos e negócios jurídicos: caracterização - O negócio jurídico e seus elementos constitutivos, essenciais e acidentais (condição, termo e modo) - Invalidade e ineficácia do negócio jurídico: erro, dolo, coação, simulação. - Atos ilícitos e abuso de direito - Fatos justificados: estado de necessidade, legítima defesa. - Extinção de direitos: prescrição; decadência; renúncia.

ÁREA/EIXO/NÚCLEO	COMPETÊNCIA (S)	HABILIDADES
60103019 Direito Civil	<ul style="list-style-type: none">• Compreender, interpretar, argumentar e aplicar o Direito.• Pesquisar a legislação, a jurisprudência e a doutrina para aplicação e produção criativa do Direito.• Dominar a técnica jurídica.	<ul style="list-style-type: none">• Capacidade de compreensão, interpretação, argumentação e aplicação do Direito.• Capacidade de pesquisa da dogmática, da jurisprudência e da doutrina, para aplicação e produção criativa do Direito.• Capacidade de dominar a técnica jurídica, nunca deixando de integrar teoria e prática.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Origem e Evolução do Direito Civil
2. Direito Civil Brasileiro
 - 2.1 Histórico e Conteúdo
 - 2.2 Código Civil
3. A Pessoa Natural
 - 3.1. Personalidade
 - 3.2. Capacidade
 - 3.2.1 Aquisição
 - 3.2.2 Incapacidades
 - 3.2.3 Emancipação e Interdição
 - 3.2.4 Extinção
 - 3.3 Estado Civil
 - 3.3.1 Fontes e Espécies
 - 3.3.2 Características
 - 3.4 Domicílio e Residência
4. Direitos da Personalidade
 - 4.1 Conceito
 - 4.2 Natureza Jurídica e características
 - 4.3 Classificação
 - 4.3.1 Direito à vida
 - 4.3.2 Direito à integridade física, moral e intelectual.
 - 4.3.1 Direito ao Nome
5. A Pessoa Jurídica
 - 5.1 Conceito
 - 5.2 Natureza Jurídica
 - 5.3 Classificação:
 - 5.3.1 Associações
 - 5.3.2 Sociedades
 - 5.3.3 Fundações
 - 5.4 Elementos, Constituição e funcionamento.
 - 5.5 Modificações e Extinção
 - 5.6 Atividade abusiva ou ilícita: Teoria da desconsideração
6. Coisas e Bens
 - 6.1 Conceito: Coisa e Bem
 - 6.2 Classificação dos bens
 - 6.2.1 Corpóreos e incorpóreos
 - 6.2.2 Móveis e Imóveis
 - 6.2.3 Fungíveis e Infungíveis
 - 6.2.4 Divisíveis e Indivisíveis
 - 6.2.5 Principais e Acessórios.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de Direito Civil – parte geral. V. 1. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. V. 1. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil. V. 1. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Periódico Capes.

TEORIA GERAL DO DIREITO PENAL

EMENTA

Introdução ao Direito Penal. Relação entre Dogmática Penal, Política Criminal e Criminologia. Princípios limitadores do poder punitivo estatal. Aplicação da lei penal: lei penal no tempo, no espaço e em relação às pessoas. Conflito aparente de normas. Teoria Jurídica do Crime. Estrutura e Manifestação do Crime: tipicidade, antijuridicidade e culpabilidade. Concurso de pessoas.

ÁREA/EIXO/NÚCLEO
Direito Público

COMPETÊNCIA
(S)
Desenvolver uma visão crítica do Direito Penal.
Trabalhar a capacidade de análise e interpretação da parte geral do Código Penal.

HABILIDADES
Possibilitar ao discente o estudo sobre as principais categorias do Direito Penal, através de uma perspectiva crítica e contextualizada.
Possibilitar ao aluno uma análise crítica dos fundamentos do direito penal tendo como base sua construção e edificação histórica pós revoluções burguesas do séc. XVII e XVIII.
Trazer ao aluno o conhecimento dos princípios do direito penal tendo como base a Constituição Federal de 1988.
Preparar o aluno no conhecimento da parte geral do código penal, ministrando-lhe ensinamentos sobre os crimes em espécie.

PONTO 1. Introdução ao Direito Penal. Relação entre Dogmática Penal, Política Criminal e Criminologia.
PONTO 2. Princípios limitadores do poder punitivo estatal
PONTO 3. Aplicação da lei penal no tempo
PONTO 4. Aplicação da lei penal no espaço
PONTO 5. Aplicação da lei penal em relação às pessoas
PONTO 6. Conflito aparente de normas
PONTO 7. Teoria Jurídica do Crime
PONTO 8. Estrutura e Manifestação do Crime: tipicidade, antijuridicidade e culpabilidade
PONTO 9. Concurso de pessoas.

REFERÊNCIAS

Bibliografia Básica:

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. Parte Geral (Vol. 1). 22ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BUSATO, Paulo César. Direito Penal. Parte Geral. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2014.

CIRINO DOS SANTOS, Juarez. Direito Penal (parte geral). Curitiba/Rio de Janeiro: ICPC/Lúmen Júris, 2008, 3ª edição.

GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal. Parte Geral. 10ª Ed. São Paulo: Impetus, 2016.

PRADO, Luiz Régis. Curso de direito penal brasileiro. São Paulo: RT, 2005.

ZAFFARONI, Eugenio Raul; PIERANGELI, José Henrique. Manual de Direito Penal. Parte Geral. 11ª Ed. São Paulo: RT, 2015.

BATISTA, Nilo. Introdução Crítica ao Direito Penal Brasileiro. 11ª Ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
Bibliografia Complementar:

BRANDÃO, Cláudio. Direito Penal (parte geral). Rio de Janeiro: Forense, 2009.

BRUNO, Aníbal. Direito penal: parte geral. Rio de Janeiro. Forense. 2003.

CONDE, Francisco Muñoz. Teoria geral do delito. Porto Alegre: Fabris, 1988.

FERRAJOLI, Luigi. Direito e razão: teoria do garantismo penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

TAVARES, Juarez. Teoria do injusto penal. Belo Horizonte: Del Rey, 2002, 2ª edição.

ZAFFARONI, Raul/BATISTA, Nilo/ALAGIA/Alejandro/SLOKAR, Alejandro. Direito penal brasileiro. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

Ementas das disciplinas do 3º Período:

DIREITO DAS OBRIGAÇÕES		
EMENTA Introdução ao direito das obrigações. Distinção entre direitos obrigacionais e reais. Obrigações naturais. Princípios do direito das obrigações. Fontes das obrigações. Atos unilaterais. Classificação das obrigações. Transmissão da obrigação. Cumprimento da obrigação. Adimplemento substancial. Modos extraordinários de cumprimento da obrigação. Cumprimento indevido e enriquecimento sem causa. Insolvência do devedor. Inadimplemento das obrigações. Perdas e danos.		
ÁREA/EIXO/NÚCLEO 60103019 Direito Civil	COMPETÊNCIA (S) <ul style="list-style-type: none">• Compreender, interpretar, argumentar e aplicar o Direito.• Pesquisar a legislação, a jurisprudência e a doutrina para aplicação e produção criativa do Direito.• Dominar a técnica jurídica.	HABILIDADES <ul style="list-style-type: none">• Capacidade de compreensão, interpretação, argumentação e aplicação do Direito.• Capacidade de pesquisa da dogmática, da jurisprudência e da doutrina, para aplicação e produção criativa do Direito.• Capacidade de dominar a técnica jurídica, nunca deixando de integrar teoria e prática.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE 1 – NOÇÕES INTRODUTÓRIAS SOBRE O DIREITO DAS OBRIGAÇÕES.

1.1 Conceito do Direito das Obrigações. 1.2. Elementos constitutivos das obrigações. 1.3. Fontes e Princípios 1.4 Obrigações naturais. 1.5. Obrigações propter rem. 1.6 Princípios do Direito das Obrigações.

UNIDADE 2 – MODALIDADES DE OBRIGAÇÕES.

2.1. Obrigações de dar. 2.2 Obrigações de fazer e não fazer. 2.3 Obrigações alternativas e facultativas. 2.4. Obrigações divisíveis e indivisíveis. 2.5. Obrigações solidárias.

UNIDADE 3 – TRANSFERÊNCIA DAS OBRIGAÇÕES.

3.1 Cessão de crédito. 3.2 Assunção de dívida. 3.3 Cessão da contrato.

UNIDADE 4 – ADIMPLENTO, INADIMPLENTO E EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES.

4.1 Pagamento. 4.1 Objeto, tempo, lugar e prova do pagamento. 4.3 Enriquecimento sem causa e pagamento indevido. 4.4 Formas especiais de pagamento: pagamento por consignação, sub-rogação, imputação do pagamento, dação em pagamento, novação, compensação confusão, remissão de dívidas, transação, compromisso e arbitragem. 4.5 Extinção das obrigações sem pagar. 5.1 Inadimplemento absoluto. Teoria do inadimplemento. Teoria do inadimplemento substancial. 5.2 Mora. 5.3 Consequências do inadimplemento: perdas e danos, juros, correção monetária, cláusula penal e arras.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

TARTUCE, Flávio. Direito Civil: Direito das Obrigações / Responsabilidade Civil. São Paulo: Método, 2011.

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro: Teoria Geral das Obrigações. 22. ed. São Paulo: Saraiva 2009.V.2

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro, v. II: teoria geral das obrigações. São Paulo: Saraiva, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Periódico Capes.

TEORIA GERAL DA PENA

EMENTA

Teorias da Pena. Das penas privativas de liberdade. Das penas restritivas de direitos. Das penas pecuniárias. Da aplicação das penas. Do concurso de Crimes. Da Suspensão Condicional da pena. Do livramento Condicional. Efeitos da condenação e reabilitação. Das medidas de segurança. Da ação Penal. Da extinção da punibilidade.

ÁREA/EIXO/NÚCLEO	COMPETÊNCIA (S)	HABILIDADES
Direito Público	Desenvolver uma visão crítica do Direito Penal. Trabalhar a capacidade de análise e interpretação da parte geral do Código Penal.	Possibilitar ao discente o estudo sobre as principais categorias do Direito Penal, através de uma perspectiva crítica e contextualizada. Possibilitar ao aluno uma análise crítica dos fundamentos do direito penal tendo como base sua construção e edificação histórica pós revoluções burguesas do séc. XVII e XVIII. Trazer ao aluno o conhecimento dos princípios do direito penal tendo como base a Constituição Federal de 1988. Preparar o aluno no conhecimento da parte geral do código penal, ministrando-lhe ensinamentos sobre os crimes em espécie.

PONTO 1. Teorias da Pena
PONTO 2. Das penas privativas de liberdade
PONTO 3. Das penas restritivas de direitos
PONTO 4. Das penas pecuniárias
PONTO 5. Da aplicação das penas
PONTO 6. Do concurso de Crimes
PONTO 7. Da Suspensão Condicional da pena e do livramento Condicional
PONTO 8. Efeitos da condenação e reabilitação
PONTO 9. Das medidas de segurança
PONTO 10. Da Ação Penal
PONTO 11. Da extinção da punibilidade

REFERÊNCIAS

Bibliografia Básica:

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. Parte Geral (Vol. 1). 22ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BUSATO, Paulo César. Direito Penal. Parte Geral. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2014.

CIRINO DOS SANTOS, Juarez. Direito Penal (parte geral). Curitiba/Rio de Janeiro: ICPC/Lúmen Júris, 2008, 3ª edição.

GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal. Parte Geral. 10ª Ed. São Paulo: Impetus, 2016.

PRADO, Luiz Régis. Curso de direito penal brasileiro. São Paulo: RT, 2005.

Bibliografia Complementar:

BECCARIA, Cesare. Dos delitos e das penas. São Paulo: Rideel, 2003.

CAMARGO, Antonio Luis Chaves. Sistema de penas, dogmática jurídico-penal e política criminal. São Paulo: Cultural Paulista, 2002.

CARVALHO, Salo de. Penas e Medidas de Segurança no Direito Penal Brasileiro. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

NUCCI, Guilherme de Souza. Individualização da pena. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

ZAFFARONI, Eugênio Raul. Em Busca das Penas Perdidas. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

TEORIA GERAL DO PROCESSO

EMENTA

Teoria da jurisdição: conceito e evolução histórica. Jurisdição, ação e processo. Espécies de tutelas jurisdicionais. Princípios constitucionais e infraconstitucionais orientadores do Direito Processual Civil. Da norma processual no tempo e no espaço. A interpretação da norma processual. Direito de ação e direito de defesa. Dos elementos identificadores da ação. Jurisdição e competência. Sujeitos essenciais à administração da justiça. Jurisdição e acesso à justiça.

<p>ÁREA/EIXO/NÚCLEO Processo Civil</p>	<p>COMPETÊNCIA (S) Aprimorar os conceitos gerais dos temas da ementa em comento. Trazer a lume as correntes doutrinárias e jurisprudenciais divergentes acerca dos institutos. Despertar nos discentes a importância da disciplina para o exercício profissional. Facilitar aos discentes a manipulação dos conceitos e aspectos técnicos da disciplina. Realizar estudo sistemático, numa perspectiva teórica capaz de estruturar racionalmente e logicamente os conteúdos processuais abordados.</p>	<p>HABILIDADES Trazer aos discentes uma abordagem específica e apresentação da teoria geral do processo e todos os institutos a ela relacionados, no tocante ao trinômio Jurisdição, Ação e Processo, com vistas às alterações ocorridas no Novo Código de Processo Civil, a fim de possibilitar ao aluno uma segura atuação prática, bem como dotá-lo de um arcabouço teórico sólido e eficaz, sem se descuidar de uma reflexão crítica e construtiva dos temas abordados.</p>
--	--	---

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Formas de Composição de Conflitos. Acesso a Justiça.
2. Normas Processuais e Normas Materiais. Aplicação da lei processual no espaço e no tempo.
3. Princípios Constitucionais do Processo.
4. Princípios Infraconstitucionais do Processo.
5. Jurisdição e Competência.
6. Ação.
 - 6.1. Teorias da Ação;
 - 6.2. Elementos da Ação;
 - 6.3. Condições da Ação.
7. Processo.
 - 7.1. Pressupostos Processuais;
 - 7.2. Partes e Procuradores;
 - 7.3. Litisconsórcio e Assistência;
 - 7.4. Intervenção de Terceiros.
8. Auxiliares de Justiça.

BIBLIOGRAFIA

Básica

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Candido Rangel. Teoria Geral do Processo. São Paulo: Malheiros, 2012.

DIDIER JR., Fredie. Curso de Direito Processo Civil. V.1. 14 ed. São Paulo: Juspodivm, 2012.

MARINONI, Luiz Guilherme. Teoria Geral do Processo. São Paulo: Revista dos Tribunais.

Complementar:

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryan. Acesso à justiça. Porto Alegre: Fabris, 2002.

DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de direito processual civil. vol. 1. Ed. Malheiros.

DINAMARCO, Cândido Rangel. A instrumentalidade do processo. Ed. Malheiros.

MITIDIERO, Daniel. Colaboração no processo civil. Pressupostos sociais, lógicos e éticos. Ed. Revista dos Tribunais.

NERY JUNIOR, Nelson. Princípios do processo na constituição federal. Ed. Revista dos Tribunais.

DIREITO CONSTITUCIONAL II

EMENTA: Estudo sobre os direitos fundamentais: individual, coletivo e difuso. Aplicação das Garantias constitucionais e funcionamento do Estado por meio de sua Organização: união, estados federados, municípios e Distrito Federal. As circunstâncias da defesa do Estado e suas instituições democráticas.

ÁREA/EIXO/NÚCLEO	COMPETÊNCIA (S)	HABILIDADES
DIREITO/PROFISSIONAL/ PÚBLICO	Desenvolver uma visão crítica e prática da evolução dos direitos e garantias fundamentais: individual, coletivo e difuso. Entender o funcionamento do Estado e sua organização constitucional. Analisar as instituições democráticas e a defesa do Estado.	Compreensão de textos doutrinários e jurisprudência dos tribunais superiores. Análise crítica sobre a aplicação dos direitos e garantias fundamentais nas suas dimensões individuais, coletivas e difusas. Exame da organização do Estado e seu funcionamento. Argumentação racional. Aprimoramento da expressão ora e escrita.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Direitos fundamentais em espécie: vida, liberdades e propriedade.
2. Garantias constitucionais.
4. Direitos sociais.
6. Direito da nacionalidade.
7. Direitos políticos.
8. Organização do Estado: união, estados federados, municípios e Distrito Federal.
9. Intervenção. Administração pública.
10. Ordem social: seguridade social, educação, cultura e desporto, ciência e tecnologia, comunicação social, meio ambiente e família.
11. Proteção aos índios.
12. Defesa do Estado e das instituições democráticas.

REFERÊNCIAS

BÁSICA:

BARROSO, Luis Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo, 5 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

TAVARES, André Ramos. Curso de direito constitucional, 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

COMPLEMENTAR

AGRA, Walber. Curso de Direito Constitucional, 8 ed. São Paulo: Método, 2014.

BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. São Paulo: Malheiros, 2004.

DIMOULIS, Dimitri; MARTINS, Leonardo. Teoria Geral dos Direitos Fundamentais, 5 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MIRIDEIRO, Daniel. Curso de Direito Constitucional, 5 ed. São Paulo: Atlas, 2016.

HERMENEUTICA E ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA

EMENTA: A disciplina Hermenêutica e Argumentação Jurídicas busca descrever o processo que vai do texto de lei geral e abstrato posto pelo Poder Legislativo à norma jurídica particular e concreta posta pelo Poder Judiciário, apresentando o mesmo como a conexão complementar de três discursos dogmáticos: o analítico normativo, o hermenêutico interpretativo e o judicial argumentativo.

<p>ÁREA/EIXO/NÚCLEO PROPEDÊUTICA</p>	<p>COMPETÊNCIA (S) Desenvolver uma visão panorâmica do fenômeno jurídico em suas dimensões normativa, interpretativa e argumentativa construindo uma postura histórica, contextualizada e crítica do modelo de direito utilizado no Brasil.</p>	<p>HABILIDADES Compreensão de textos doutrinários e jurisprudência dos tribunais superiores. Análise crítica sobre o funcionamento dos três poderes: legislativo, executivo e judiciário; e das funções essenciais à justiça. Entender sistemicamente como funciona a ordem jurídica Argumentação racional. Aprimoramento da expressão oral e escrita.</p>
<p>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PONTO 1. HERMENÊUTICA E ARGUMENTAÇÃO JURÍDICAS: metodologia e métodos PONTO 2. HERMENÊUTICA JURÍDICA MODERNA: o direito estatal enquanto sistema normativo PONTO 3. HERMENÊUTICA JURÍDICA CONTEMPORÂNEA: o direito estatal enquanto discursos dogmáticos PONTO 4. ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA: interpretação moderna e significação contemporânea PONTO 5. ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA: técnicas e tipos argumentativos PONTO 6. ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA: dialética, tópica e retórica</p>		
<p>REFERÊNCIAS</p> <p>Bibliografia Básica: COSTA, Dilvanir José da. Curso de hermenêutica jurídica. Rio de Janeiro: Forense, 2005. MARMOR, Andrei. Direito e interpretação. São Paulo: Martins Fontes, 2004. MAXIMILIANO, Carlos. Hermenêutica e aplicação do direito. Rio de Janeiro: Forense, 2002.</p> <p>Bibliografia Complementar: ALVES, Alaor Caffé. Lógica: pensamento formal e argumentação. São Paulo: Quartier Latin, 2002. BASTOS, Celso Ribeiro. Hermenêutica e interpretação constitucional. São Paulo: Celso Bastos, 2002. PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. Tratado da argumentação: a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 2005.</p>		

PSICOLOGIA JURÍDICA

EMENTA

Psicologia Jurídica. Interdisciplinaridade: Âmbito de Abrangência nas diferentes áreas do Direito - Interdisciplinaridade. Esfera Criminal, Cível, Infância e Juventude e Direito de Família. Desenvolvimento da Personalidade Humana. Provas, Perícias e Avaliações Psicológicas.

ÁREA/EIXO/NÚCLEO	COMPETÊNCIA (S)	HABILIDADES
Interdisciplinar aplicada ao Direito	Identificar conceitos e fundamentos da ciência psicológica que contribuem na compreensão dos fenômenos jurídicos.	Delimitar o objeto e as áreas de abrangência da Psicologia Jurídica no contexto do Direito; Distinguir as implicações técnico-científicas e éticas decorrentes da relação entre Psicologia e Direito.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Psicologia Jurídica conceito e interdisciplinaridade.
2. O uso dos recursos da Psicologia no âmbito do Direito.
3. Psicologia Jurídica e Direito Civil.
4. Psicologia Jurídica e Infância e Juventude.
5. Psicologia Jurídica e Direito de Família.
6. Psicologia Jurídica, Direito Penal e Lei das Execuções Penais.
7. Provas periciais, perícias e avaliações psicológicas e sua importância no processo.
8. Noções de desenvolvimento da Personalidade Humana.
9. Psicopatologia forense
 - 9.1. Âmbito de abrangência no Direito. A capacidade de imputação do agente criminal portador de transtorno mental.
 - 9.2. Transtornos cognitivos. Disfunções. Conseqüências jurídicas.
 - 9.3. Transtornos afetivos. Conseqüências jurídicas.
 - 9.4. Transtornos de ansiedade.
 - 9.5. Transtorno da personalidade antissocial.
10. Toxidependências.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BRITO, Leila Maria Torraca (org). Temas de Psicologia Jurídica. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.
- GONÇALVES, Hebe Signorini e BRANDÃO, Eduardo Ponte (org.). Psicologia Jurídica no Brasil. Rio de Janeiro: Nau, 2008.
- ZIMERMAN, David. & COLTRO, Antonio Carlos Martins (org). Aspectos Psicológicos na Prática Jurídica. Campinas (SP): Millenium, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- COHEN, Cláudio (org.). Saúde Mental, Crime e Justiça. São Paulo: EDUSP, 1996.
- MIRA y LOPES, Emílio. Manual de Psicologia Jurídica. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1955.
- PALOMBA, Guido Arturo. Psiquiatria Forense: Noções Básicas. São Paulo: Sugestões Literárias, 1992.
- SILVA, Denise Maria P. Psicologia Jurídica no Processo Civil Brasileiro. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.
- TABORDA, José G.V.; CHALUB, M.; ABDALLA FILHO, E. Psiquiatria Forense. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

<p>DIREITO CONSTITUCIONAL III</p> <p>EMENTA: Estudo sobre os direitos fundamentais: individual, coletivo e difuso. Aplicação das Garantias constitucionais e funcionamento do Estado por meio de sua Organização: união, estados federados, municípios e Distrito Federal. As circunstâncias da defesa do Estado e suas instituições democráticas.</p>		
<p>ÁREA/EIXO/NÚCLEO DIREITO/PROFISSIONAL/PÚBLICO</p>	<p>COMPETÊNCIA (S) Estudar e desenvolver uma análise crítica e prática da organização dos poderes do Estado Brasileiro e o controle de constitucionalidade. Compreender a ordem econômica e financeira. Analisar as funções essenciais à justiça.</p>	<p>HABILIDADES Compreensão de textos doutrinários e jurisprudência dos tribunais superiores. Análise crítica sobre o funcionamento dos três poderes: legislativo, executivo e judiciário; e das funções essenciais à justiça. Compreensão sobre o controle de constitucionalidade. Entender como funciona a ordem tributária e as finanças públicas. Argumentação racional. Aprimoramento da expressão ora e escrita.</p>
<p>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Organização dos poderes. 2. Poder Legislativo. 3. Poder Executivo. 4. Poder Judiciário. 5. Controle de Constitucionalidade. 6. Funções essenciais à justiça. 7. Tributação e finanças públicas. 9. Ordem econômica e financeira. 		

REFERÊNCIAS

BÁSICA:

BARROSO, Luis Roberto. Controle de Constitucionalidade no Direito Brasileiro, 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MIRIDEIRO, Daniel. Curso de Direito Constitucional, 5 ed. São Paulo: Atlas, 2016

COMPLEMENTAR

AGRA, Walber. Curso de Direito Constitucional, 8 ed. São Paulo: Método, 2014.

BARROSO, Luis Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo, 5 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. São Paulo: Malheiros, 2004. Brasileiro, 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

DIMOULIS, Dimitri; LUNARDI, Soraya. Curso de Processo Constitucional - Controle de Constitucionalidade e Remédios, 4 ed. São Paulo: Atlas, 2016.

TAVARES, André Ramos. Curso de direito constitucional, 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

DIREITO DOS CONTRATOS

EMENTA

Teoria geral dos contratos. Compra e venda; permuta; promessa de compra e venda - Doação - Locação de coisas - Prestação de serviços - Empreitada - Comodato e mútuo – Depósito - Mandato e gestão de negócios - Edição e representação dramática - Sociedade - Constituição de renda - Seguro - Jogo e aposta - Fiança - Contratos inominados - Declarações unilaterais de vontade: títulos ao portador e promessa de recompensa.

ÁREA/EIXO/NÚCLEO	COMPETÊNCIA (S)	HABILIDADES
Direito Privado/Profissional/Direito Civil	<ul style="list-style-type: none">• Compreender, interpretar, argumentar e aplicar o Direito.• Pesquisar a legislação, a jurisprudência e a doutrina para aplicação e produção criativa do Direito.• Dominar a técnica jurídica.	<ul style="list-style-type: none">• Capacidade de compreensão, interpretação, argumentação e aplicação do Direito.• Capacidade de pesquisa da dogmática, da jurisprudência e da doutrina, para aplicação e produção criativa do Direito.• Capacidade de dominar a técnica jurídica, nunca deixando de integrar teoria e prática.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Contratos – Parte Geral

Conceito, Classificação, Características, Extinção dos Contratos.

2. Compra e Venda

Conceito, classificação, elementos constitutivos, legitimidade; Riscos, garantias, despesas, vícios, efeitos, limitações; Vendas Especiais.

3. Troca ou Permuta

Conceito, características, natureza jurídica, regulamentação.

4. Doação:

Conceito, características, promessa de doação; Espécies de doações, restrições legais a doação, revogação da doação.

5. Locação de Coisas

Conceito, características, elementos, obrigações do locador e do locatário; Locação de Prédios Urbanos.

6. Prestação de Serviço

1.1 Conceito e regulamentação legal.

7. Comodato

Conceito, características, natureza jurídica, regulamentação; Obrigações do comodatário, extinção do comodato.

8. Mútuo:

Conceito, características e obrigações.

9. Depósito

Conceito, características, obrigações do depositário; Depositário infiel.

10. Mandato

Conceito, características, legitimidade para outorgar e receber mandato; Requisitos da procuração, espécies de mandato; Obrigação do mandatário e do mandante; Extinção e irrevogabilidade do mandato; Mandato judicial.

11. Transporte

Conceito, natureza jurídica e espécies; Transporte de coisas; Transporte de pessoas.

12. Seguro

Conceito, características, espécies, regulamentação; Obrigações do segurado e do segurador.

13. Constituição de Renda:

Conceito, características e regulamentação.

14. Jogo e Aposta

Conceito, características e regulamentação.

15. Fiança

Conceito, espécies, requisitos e efeitos.

16. Transação

Conceito, características, natureza jurídica, espécies, objeto e efeitos.

17. Compromisso de Arbitragem:

Conceito, natureza jurídica, constitucionalidade da arbitragem; Cláusula Compromissória e Compromisso Arbitral; Procedimento e sentença arbitral.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DINIZ, Maria Helena. Código Civil anotado: com comentários à lei de introdução ao Código Civil. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

FARIAS, Cristiano Chaves de.; ROSENVALD, Nelson. Curso de Direito Civil, V 4, Direito dos Contratos. 4. ed. Bahia: Editora JusPodivm, 2014.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro - Contratos e Atos Unilaterais, São Paulo, Saraiva, Vol. III, 10. ed. Saraiva, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Periódico Capes.

PROCESSO DE CONHECIMENTO

EMENTA

Disposições gerais do Código de Processo Civil: as partes e os procuradores; atos processuais. Formação, suspensão e extinção do processo. Tutela de conhecimento: teoria geral; Procedimento comum: petição inicial; resposta do réu; revelia; providências preliminares; julgamento conforme o estado do processo; provas, audiências. Sentença e coisa julgada.

<p>ÁREA/EIXO/NÚCLEO Direito Público/Processo Civil</p>	<p>COMPETÊNCIA (S) Aprimorar os conceitos gerais dos temas da ementa em comento. Trazer a lume as correntes doutrinárias e jurisprudenciais divergentes acerca dos institutos. Despertar nos discentes a importância da disciplina para o exercício profissional. Facilitar aos discentes a manipulação dos conceitos e aspectos técnicos da disciplina. Realizar estudo sistemático, numa perspectiva teórica capaz de estruturar racionalmente e logicamente os conteúdos processuais abordados.</p>	<p>HABILIDADES O propósito fundamental da disciplina Processo de Conhecimento (Direito Processual Civil I) é propiciar ao aluno do curso de Direito o conhecimento acerca da dinâmica procedimental do processo de conhecimento, levando-se em consideração o exame de todos os seus passos, desde a formação objetiva até a sua extinção no primeiro grau. Ademais, pretende-se contextualizar o processo de conhecimento em face dos princípios constitucionais que lhe servem de esteio legitimador, bem como demonstrar os principais obstáculos à efetivação do acesso à justiça e das perspectivas de sua superação, com o fito de suscitar no aluno uma visão crítica a respeito do processo civil.</p>
--	--	--

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Do Procedimento Comum:
 - 1.1. Petição Inicial: Requisitos, Pedido, Indeferimento e Aditamento; Da improcedência liminar; Da audiência de conciliação e mediação.
2. Atos Processuais.
 - 2.1. Da Forma, Tempo e Lugar.
 - 2.2. Atos de Comunicação.
 - 2.3. Prazos.
 - 2.4. Atos de distribuição e Registro.
 - 2.5. Teoria das nulidades.
3. Das Respostas do Réu.
4. Do Julgamento conforme o estado do processo.
5. Das Provas.
 - 5.1. Teoria geral das provas.
 - 5.2. Das provas em espécie.
 - 5.3. Das provas em espécie.
6. Audiência de Instrução e julgamento e Sentença.
7. Coisa Julgada.

REFERÊNCIAS

DIDIER JR., Fredie. Curso de Direito Processual Civil. Vol. 01, 17 ed. Salvador: JusPodivm, 2015.
DIDIER JR., Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. Curso de Direito Processual Civil. Vol. 02, 10 ed. Salvador: JusPodivm, 2015.
MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. Novo Curso de Processo Civil. Vol. 2, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

Complementar:

BUENO, Cássio Scarpinella. Manual de Direito Processual Civil. São Paulo: Saraiva, 2015.
NERY JÚNIOR, Nelson; NARY, Rosa Maria de Andrade. Código de Processo Civil Comentado. 15.^a ed. São Paulo: RT, 2015.
NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil. 8.^a ed. Salvador: JusPodivm, 2016.
THEODORO JÚNIOR, Humberto; NUNES, Dierle; BAHIA, Alexandre Melo Franco; PEDRON, Flávio Quinaud. Novo CPC. Fundamentos e Sistematização. 2 ed. Rio de Janeiro: Gen/Forense. 2015.
WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; DIDIER JR, Fredie; TALAMINI, Eduardo; DANTAS, Bruno (coordenadores). Breves comentários ao novo código de processo civil. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2015.

DIREITO PENAL ESPECIAL I

EMENTA

Introdução ao estudo da parte especial. Dos crimes contra a pessoa. Dos crimes contra o patrimônio. Dos crimes contra a propriedade imaterial. Dos crimes contra a organização do trabalho. Dos crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos.

ÁREA/EIXO/NÚCLEO	COMPETÊNCIA (S)	HABILIDADES
Direito Público	Desenvolver uma visão crítica do Direito Penal. Trabalhar a capacidade de análise e interpretação da parte geral do Código Penal.	Possibilitar ao discente o estudo sobre as principais categorias do Direito Penal, através de uma perspectiva crítica e contextualizada. Possibilitar ao aluno uma análise crítica dos fundamentos do direito penal tendo como base sua construção e edificação histórica pós revoluções burguesas do séc. XVII e XVIII. Trazer ao aluno o conhecimento dos princípios do direito penal tendo como base a Constituição Federal de 1988. Preparar o aluno no conhecimento da parte Especial do código penal, ministrando-lhe ensinamentos sobre os crimes em espécie.

PONTO 1. Introdução ao estudo da parte especial do Código Penal

PONTO 2. Dos crimes contra a pessoa

PONTO 3. Dos crimes contra o patrimônio

PONTO 4. Dos crimes contra a propriedade imaterial

PONTO 5. Dos crimes contra a organização do trabalho

PONTO 6. Dos crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos

REFERÊNCIAS

Bibliografia Básica:

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. Parte Especial. Vol. 2 e Vol 3. São Paulo: Saraiva, 2016.

BUSATO, Paulo César. Direito Penal. Parte Especial. Vol 2. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2016.

PRADO, Luiz Regis. Curso de Direito Penal brasileiro. 14ª Ed. São Paulo: RT, 2015.

MIRABETE, Júlio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. Manual de direito penal: parte especial. Vol. 2. São Paulo: Atlas, 2007.

Bibliografia Complementar:

FRANCO, Alberto Silva; STOCO, Rui. (coord.). Código Penal e sua interpretação jurisprudencial. Parte Especial. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

JESUS, Damásio E. de. Direito Penal: parte especial. Vol 2 e Vol 3. São Paulo: Saraiva, 2015.

DIREITO ADMINISTRATIVO I

EMENTA

Estabelecer as bases para a Administração Pública, através do estudo dos princípios que regem as ações dos servidores públicos, quer de forma direta ou indireta, assim como os parâmetros para a atuação dos agentes públicos, com base nos modelos de administração adotados. Observar a realidade e poderes trazidos para a Administração Pública pela Carta Magna de 1988.

<p>ÁREA/EIXO/NÚCLEO CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS/ CIÊNCIA JURÍDICA/ DIREITO PÚBLICO/</p>	<p>COMPETÊNCIA (S)</p> <p>Entender do surgimento e formação do Direito Administrativo. Compreender o seu nexos com a Constituição. Saber das formas de atuação do Estado e como ele atua, interna e externamente. Diagnosticar os poderes e deveres envolvidos na ação administrativa. Visitas de campo a órgãos públicos.</p>	<p>HABILIDADES</p> <p>Apreender o uso da Carta Magna de 1988 frente as ações administrativas. Avaliar e confrontar critérios técnico-legislativos frente as ações práticas esperadas. Avaliar a prática em confronto com a teoria, criticamente. Chocar normas constitucionais frente as infraconstitucionais.</p>
--	--	---

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. ORIGEM, OBJETO E CONCEITO DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Formação do Direito Administrativo;
Raízes históricas do Direito Administrativo;
O Direito Administrativo Brasileiro; e
Conceito de Direito Administrativo.

2. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O vocábulo administração e a expressão administração pública;
Administração Pública e Governo;
Administração pública e seus sentidos: lato e estrito; e
A administração pública dos pontos de vista: objetivo e subjetivo.

3. REGIMES JURÍDICOS ADMINISTRATIVOS

Regime público
Regime Privado; e
Regime misto.

4. PRINCÍPIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO

Princípios Constitucionais Gerais;
Princípios Constitucionais contidos no Artigo 37 da CF de 1988; e
Princípios Administrativos Derivados.

5. SERVIÇOS PÚBLICOS

Conceito;
Elementos de definição;
Poder de Polícia; e
Limitações ao exercício do Poder de Polícia.

6. FORMAS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Administração pública direta;
Administração pública indireta;
Agências reguladoras;
Restrições ao exercício estatal direto e indireto; e
Controle da Administração pública.

7. ATOS ADMINISTRATIVOS

Conceito geral de ato;
Conceito de Ato Administrativo;
Fato Administrativo;
Atos de Administração;
O "silêncio" da administração pública e seus efeitos;
Existência, validade e eficácia;
Mérito Administrativo;
Requisitos;
Vícios;
Classificações;
Espécies; e
Extinção.

REFERÊNCIAS

Básica:

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2013.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2013.

Complementar:

MAZZA, Alexandre. Manual de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 2013.

MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2007.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho de Rezende. Princípios do Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

EMENTA

Mediação: princípios e conceitos fundamentais; fundamentos históricos e teoria geral. Mediação e conciliação. Arbitragem: princípios e conceitos fundamentais; fundamentos históricos e teoria geral. Arbitragem e jurisdição. Arbitragem no direito brasileiro: arbitragem nos juizados especiais; arbitragem comercial; arbitragem trabalhista; arbitragem internacional.

<p>ÁREA/EIXO/NÚCLEO Processo Civil</p>	<p>COMPETÊNCIA (S)</p> <p>Aprimorar os conceitos gerais dos temas da ementa em comento.</p> <p>Trazer a lume as correntes doutrinárias e jurisprudenciais divergentes acerca dos institutos.</p> <p>Despertar nos discentes a importância da disciplina para o exercício profissional.</p> <p>Facilitar aos discentes a manipulação dos conceitos e aspectos técnicos da disciplina.</p> <p>Realizar estudo sistemático, numa perspectiva teórica capaz de estruturar racionalmente e logicamente os conteúdos processuais abordados.</p>	<p>HABILIDADES</p> <p>Trazer aos discentes uma abordagem específica e apresentação da mediação e arbitragem e todos os institutos a ela relacionados, com vistas às alterações ocorridas no Novo Código de Processo Civil, a fim de possibilitar ao aluno uma segura atuação prática, bem como dotá-lo de um arcabouço teórico sólido e eficaz, sem se descurar de uma reflexão crítica e construtiva dos temas abordados.</p>
--	---	--

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. – Jurisdição
 - i. – Conceito de Jurisdição
 - ii. – Métodos de solução de conflitos
 - Autotutela
 - Autocomposição
 - Heterocomposição

2. Mediação
 - i. – Conceito
 - ii. – Princípios
 - iii. – Fundamentos históricos
 - iv. – Teoria Geral
 - v. – Conciliação

3. – Arbitragem
 - i. – Conceito
 - ii. – Princípios
 - iii. – Fundamentos históricos
 - iv. – Arbitragem no Direito Brasileiro
 - v. – Aplicabilidade da legislação
 - vi. – Aspectos processuais

4. Arbitragem no Direito do Trabalho
5. Arbitragem Comercial
6. Arbitragem Internacional
7. Arbitragem no Direito Civil
8. Arbitragem na Administração Pública

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

AZEVEDO, André Gomma de (org). Estudos em arbitragem, mediação e negociação. Brasília: Brasília Jurídica, 2002.

COOLEY, John W; LUBET, Steven. Advocacia de arbitragem. Brasília: UNB, 2001.

LEITE, Eduardo de Oliveira. Grandes temas da atualidade: mediação, arbitragem. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

COMPLEMENTAR

AMARAL, Lúcia Miranda de Lima. Mediação e arbitragem: uma solução para os conflitos trabalhistas no Brasil. São Paulo: LTR, 1994.

CASELLA, Paulo Borba (coord). Arbitragem: lei brasileira e praxe internacional. São Paulo: LTR, 1999.

MORAIS, José Luís Bolzan de. Mediação e arbitragem: alternativas à jurisdição. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

RECHSTEINER Beat Walter. A arbitragem privada internacional no Brasil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

DIREITO EMPRESARIAL I

EMENTA

Aspectos históricos - Atos de comércio. Fundamentos históricos e constitucionais da Teoria da Empresa. Empresa e Empresário. Registro do Empresário. Sociedades mercantis. Microempresa.

ÁREA/EIXO/NÚCLEO	COMPETÊNCIA (S)	HABILIDADES
60103027 Direito Comercial.	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender, interpretar, argumentar e aplicar o Direito. • Pesquisar a legislação, a jurisprudência e a doutrina para aplicação e produção criativa do Direito. • Dominar a técnica jurídica. 	<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade de compreensão, interpretação, argumentação e aplicação do Direito. • Capacidade de pesquisa da dogmática, da jurisprudência e da doutrina, para aplicação e produção criativa do Direito. • Capacidade de dominar a técnica jurídica, nunca deixando de integrar teoria e prática.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I

- História do Direito Comercial
- Fontes do Direito Comercial
- Comerciante e Atos de Comércio

UNIDADE II

- Empresa e Empresário
- Perfil objetivo da Empresa – O Estabelecimento Empresarial
- Aspecto do Estabelecimento: O Aviamento e a Clientela
- O Ponto Empresarial
- Registro de Empresa
- Nome Empresarial
- Livros Empresariais

UNIDADE III

- Direito Societário – das Sociedades em Geral
- Responsabilidade da sociedade e dos sócios – Princípios gerais
- Responsabilidade dos sócios: Ingresso e Retirada
- Da Constituição das Sociedades em Geral – Aspectos comuns
- Das Sociedades em Espécie - Sociedades não Personalizadas
- Das sociedades em espécie – A sociedade simples
- Das sociedades em espécie – As sociedades em nome coletivo, em comandita simples
- Das Sociedades Limitadas
- Das Sociedades por Ações
- Ações, Acionistas e valores mobiliários
- Órgãos da sociedade por Ações
- Reorganização das Sociedades
- Dissolução e Liquidação de Sociedades

REFERÊNCIAS**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

BULGARELLI, Waldirio. O novo direito empresarial. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

MAMEDE, Gladston. Manual de direito empresarial. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

REQUIÃO, Rubens. Curso de direito comercial. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2000. 442 p. de acordo com as Leis n. 10.303, de 31-10-2001(reforma das sociedades anônimas), e 10-01-2002(Novo Código Civil).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Periódico Capes.

DIREITO DO TRABALHO I

EMENTA: A caracterização do Direito do Trabalho. O conhecimento das fontes do Direito do Trabalho e dos seus princípios em sua perspectiva individual. O desenvolvimento da relação empregatícia e do contrato de emprego. As alterações, suspensão e cessação do contrato de emprego.

ÁREA/EIXO/NÚCLEO DIREITO/PROFISSIONAL/ PRIVADO	COMPETÊNCIA (S) Desenvolver uma visão panorâmica das relações de trabalho oriundas da sociedade industrial e pós-industrial.	HABILIDADES Desenvolver elementos para compreensão adequada das regras que regem as relações de trabalho e emprego; Analisar criticamente as normas trabalhistas e seus efeitos na sociedade, sem deixar de compreender a sociedade brasileira com todas as suas matizes e peculiaridades, a demandar reflexão completa e soluções criativas para aproximar dois conceitos que parecem se excluir: desenvolvimento econômico e inclusão social. Atuar na área do Direito do Trabalho, de forma a atender sua relevância no cenário nacional e como utilizá-lo como ferramenta de desenvolvimento e de inclusão social.
---	--	--

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Direito do Trabalho: Conceito. Caracterização. Divisão. Natureza Jurídica. Denominação e Conteúdo. Funções. Autonomia;
2. Fontes do Direito do Trabalho. Conceito. Classificação e Hierarquia. Conflitos e suas Soluções;
3. Princípios Constitucionais do Direito do Trabalho. Princípios Peculiares do Direito do Trabalho;
4. Estrutura da Relação de Emprego: Requisitos para sua Caracterização. Contrato de Emprego. Denominação. Conceito. Classificação. Características. Elementos de Validade. Nulidade Total e Parcial. Trabalho
5. Empregado. Conceito. Caracterização. Altos Empregados. Trabalhadores Intelectuais. Trabalho Religioso. Globalização e Teletrabalho. Terceirização;
6. Empregador. Conceito. A empresa. Grupo Econômico. Consórcio de Empregadores. Sucessão de Empregadores. Situações de Responsabilização Empresarial. A responsabilidade civil do empregador por assédio sexual e moral nas relações de emprego;
7. Alterações do Contrato de Emprego: Lícitas e Ilícitas. Objetivas, Subjetivas e Circunstanciais;
8. Suspensão e Interrupção do Contrato de Emprego. Conceito. Caracterização. Distinções. Tipificação. Situações Controvertidas;
9. Cessação do Contrato de Emprego. Resilição, Resolução e Rescisão do Contrato. Efeitos da Extinção Contratual por Tempo Indeterminado (Pedido de Demissão, Resolução Indireta, do Obreiro, Dispensa Sem Justa Causa, Dispensa por Justa Causa Operária, Ruptura por Culpa Recíproca, Extinção da Empresa e do Estabelecimento, Morte do Empregado ou Empregador Pessoa Natural). Aviso Prévio. Conceito. Natureza Jurídica. FGTS. Conceito. Natureza Jurídica.

REFERÊNCIAS

BÁSICA:

BARROS, Alice Monteiro de. Curso de Direito do Trabalho. 10.ed. São Paulo: LTr, 2016.
DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho. 15. ed. São Paulo: LTr, 2016.
FRANCO FILHO, Georgeton de Sousa. Curso de Direito do Trabalho. 2. ed. São Paulo: LTr, 2016.

COMPLEMENTAR

NASCIMENTO, Amauri Mascaro do. Iniciação ao Direito do Trabalho. 36. ed. São Paulo: LTr., 2012.
LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de Direito do Trabalho. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
PEREIRA, Leone; ORSI, Renata; SCARLERCIO. CLT ORGANIZADA. 3. ed. São Paulo: RT, 2016

ECONOMIA POLÍTICA

EMENTA

Conceito de Economia. Necessidades ilimitadas. Bens e serviços. Teoria da Inflação. Mercado. Oferta e procura. A visão macroeconômica. Comércio Exterior. Instrumento de Política Econômica. A Evolução da Ciência Econômica.

ÁREA/EIXO/NÚCLEO	COMPETÊNCIA (S)	HABILIDADES
	Compreender os aspectos gerais da Economia Política	Interpretar a dinâmica da economia no Brasil e mundo atual.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

- 1.1 Conceito de Economia;
- 1.2 A questão da escassez e os problemas econômicos fundamentais;
- 1.3 De que se ocupa a Economia;
- 1.4 O fato econômico;
- 1.5 A Economia Política;

UNIDADE II – NECESSIDADES ILIMITADAS

- 2.1 Necessidades Humanas;
- 2.2 Necessidades coletivas e necessidades individuais;
- 2.3 Necessidades absolutas e necessidades relativas ou sociais;

UNIDADE III – BENS E SERVIÇOS

- 3.1 Bens econômicos e bens livres;
- 3.2 Bens tangíveis e intangíveis;
- 3.3 Bens de consumo;
- 3.4 Bens fungíveis e não fungíveis;
- 3.5 Bens de capital;
- 3.6 Bens intermediários;
- 3.7 Bens complementares;
- 3.8 Bens substitutos e bens independentes;
- 3.9 Questões centrais da Economia;
- 3.10 O dilema entre recursos humanos e materiais;
- 3.11 Que e quanto produzir, como produzir, para quem produzir.

UNIDADE IV – TEORIA DA INFLAÇÃO

- 4.1 Conceito;
- 4.2 Causa e efeito;
- 4.3 Inflação de orçamento;
- 4.4 Inflação de salário;
- 4.5 Inflação de crédito;
- 4.6 Inflação de demanda;
- 4.7 Inflação de preços;
- 4.8 Inflação reprimida;
- 4.9 Inflação aberta ou declarada;
- 4.10 Inflação de custos.
- 4.11 Deflação. Conceito;
- 4.12 Características da inflação. Características da deflação;
- 4.13 Salário monetário e salário real;
- 4.14 Argumentos a favor e contra uma inflação moderada;

UNIDADE V – MERCADO

- 5.1 Mercado pelo lado da oferta;
- 5.2 Competição pura;
- 5.3 Monopólio puro;
- 5.4 Competição monopolística.
- 5.5 Oligopólio;
- 5.6 Pelo lado da procura;
- 5.7 Competição pura;
- 5.8 Monopsônico puro;
- 5.9 Competição monopsônica;
- 5.10 Oligopsônico;

UNIDADE VI – OFERTA E PROCURA.

- 6.1 Conceito;
- 6.2 Curva de oferta;
- 6.3 Lei da oferta;
- 6.4 Mudança da curva de oferta;
- 6.5 Mudança da quantidade ofertada;
- 6.6 Fatores que influenciaram a curva de oferta;
- 6.7 Procura;
- 6.8 Mudança da curva de procura;

REFERÊNCIAS**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

CASTRO, A&LESSA, C. Introdução à Economia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

GASTALDI, J. P. Elementos de Economia Política. São Paulo: Saraiva, 2005.

ROSSETTI, J. P. Uma Introdução à Economia Política. São Paulo: Atlas.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HICKS, J. R. Uma Introdução à Economia. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

SINGER, P. Curso de Introdução à Economia. Rio de Janeiro: Forense, 1996.

ROSSETTI, J. P. Uma Introdução à Economia Política. São Paulo: Atlas, 1997.

NUSDEO, Fábio. Curso de economia: introdução ao Direito econômico. São Paulo: RT, 1997.

Ementas das disciplinas do 5º Período:**DIREITO ADMINISTRATIVO II****EMENTA**

Estabelecer a capacidade de intervenção proativa em processos administrativos específicos, seja com o membro da Administração Pública, ou seja como representante de grupos privados, dentro de um processo de análise crítica sobre o papel dos agentes públicos e dos serviços públicos que são prestados por eles. Há de se estabelecer os direitos e garantias dos servidores públicos, tal qual a forma com a qual a administração pública poderá obter recursos e serviços, através da licitação que prepara o terreno para a elaboração dos contratos da administração. Além do mais se faz mister a compreensão de como os particulares receberão essa intervenção e os limites aos quais poderão reclamar a atenção, dentro da administração, ou fora dela, especialmente através do Poder Judiciário.

ÁREA/EIXO/NÚCLEO
CIÊNCIAS SOCIAIS
APLICADAS/ CIÊNCIA
JURÍDICA/ DIREITO
PÚBLICO/

COMPETÊNCIA (S)
Entender do surgimento e formação das ações práticas da administração na elaboração de licitações e contratos..
Compreender o seu nexos com a Constituição.
Saber dos direitos e garantias pessoais dos servidores públicos.
Aprender sobre os procedimentos administrativos e suas respectivas responsabilidades.
Visitas de campo a órgãos públicos.

HABILIDADES
Apreender o uso da Carta Magna de 1988 frente as ações administrativas.
Avaliar e confrontar critérios técnico-legislativos frente as ações práticas esperadas.
Avaliar a prática em confronto com a teoria, criticamente.
Chocar normas constitucionais frente as infraconstitucionais.
Aplicar a legislação a casos concretos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. AGENTES PÚBLICOS
2. SERVIDORES PÚBLICOS
3. LICITAÇÕES
4. CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO
5. INTERVENÇÕES DO ESTADO NA PROPRIEDADE
6. BENS PÚBLICOS
7. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO
8. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
9. PROCESSO ADMINISTRATIVO

REFERÊNCIAS

Básica:

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2013.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2013.

Complementar:

MAZZA, Alexandre. Manual de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 2013.

MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2007.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho de Rezende. Princípios do Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

RECURSOS NO PROCESSO CIVIL

EMENTA

Teoria geral dos recursos. Pressupostos, efeitos, juízo de admissibilidade. Recurso adesivo. Remessa oficial. Recursos em espécie: apelação; agravo de instrumento; agravo interno; embargos de declaração, recurso especial, recurso extraordinário, recurso ordinário, agravo em recurso extraordinário e especial, embargos de divergência. O processo nos tribunais: uniformização de jurisprudência; declaração de inconstitucionalidade; homologação de sentença estrangeira.

<p>ÁREA/EIXO/NÚCLEO Processo Civil</p>	<p>COMPETÊNCIA (S)</p> <p>Aprimorar os conceitos gerais dos temas da ementa em comento. Trazer a lume as correntes doutrinárias e jurisprudenciais divergentes acerca dos institutos.</p> <p>Despertar nos discentes a importância da disciplina para o exercício profissional.</p> <p>Facilitar aos discentes a manipulação dos conceitos e aspectos técnicos da disciplina.</p> <p>Realizar estudo sistemático, numa perspectiva teórica capaz de estruturar racionalmente e logicamente os conteúdos processuais abordados.</p>	<p>HABILIDADES</p> <p>Trazer aos discentes uma abordagem específica e completa do sistema recursal cível, bem como do processo nos Tribunais, com vistas às alterações ocorridas no Novo Código de Processo Civil, a fim de possibilitar ao aluno uma segura atuação prática, bem como dotá-lo de um arcabouço teórico sólido e eficaz, sem se descurar de uma reflexão crítica e construtiva dos temas abordados.</p>
--	--	--

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Teoria Geral dos Recursos:
 - 1.1. Conceito;
 - 1.2. Pressupostos Recursais;
 - 1.3. Princípios Recursais;
 - 1.4. Efeitos dos Recursos.
2. Meios de Impugnação não recursais.
 - 2.1. Pedido de Reconsideração;
 - 2.2. Reexame Necessário;
 - 2.3. Ação Rescisória;
 - 2.4. Querela Nullitatis;
 - 2.5. Recurso Adesivo.
3. Recursos em Espécie.
 - 3.1. Apelação;
 - 3.2. Agravo de Instrumento;
 - 3.3. Agravo de Instrumento;
 - 3.4. Agravo Interno;
 - 3.5. Embargos de Declaração;
 - 3.6. Recurso Ordinário;
 - 3.7. Recurso Extraordinário e Especial;
 - 3.8. Agravo em Recurso Extraordinário e Recurso Especial;
 - 3.9. Embargos de Divergência;
4. Precedentes Judiciais.
5. Processo nos Tribunais.
 - 5.1. Ordem dos Processos;
 - 5.2. Incidentes Recursais.

Básica

ARENHART, Sérgio Cruz; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. Novo curso de processo civil: tutela dos direitos mediante procedimento comum. São Paulo: RT, 2015. V. 2.

BUENO, Cassio Scarpinella. Curso Sistematizado de Direito Processual Civil: Recursos, processos e incidentes nos tribunais, sucedâneos recursais – técnicas de controle das decisões jurisdicionais. São Paulo: Saraiva, 2010.

DIDIER JR, Fredie; CUNHA, Leonardo José Carneiro da. Curso de direito processual civil, vol. 3, 13. Ed. Salvador: JusPodivm. 2016.

GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. Novo Curso de Direito Processual Civil. 9.^a ed. São Paulo: Saraiva, 2016. V. 3.

Complementar:

ASSIS, Araken de. Manual dos Recursos. 7.^a ed. São Paulo: RT, 2015.

DANTAS, Bruno; et al. Breves Comentários ao novo código de processo civil. São Paulo: RT, 2015.

MONTENEGRO FILHO, Mizael. Curso de Direito Processual Civil: teoria geral dos recursos, recursos em espécie e processo de execução. São Paulo: Atlas, 2015.

MEDINA, José Miguel Garcia. Novo código de processo civil comentado: com remissões e notas comparativas ao CPC/1973. São Paulo: RT, 2015.

NERY JUNIOR, Nelson. Teoria geral dos recursos. São Paulo: RT, 2014.

DIREITO DAS COISAS

EMENTA

Da posse: princípios, conceitos fundamentais e sua classificação. Aquisição da posse e seus efeitos. Da perda da posse. Dos direitos reais: princípios, fontes, conceitos fundamentais e classificação. Da propriedade e sua função social. Da descoberta. A aquisição da propriedade imóvel: usucapião, aquisição pelo registro do título, aquisição por acessão. A aquisição da propriedade móvel. Da perda da propriedade. Dos direitos de vizinhança. Condomínio: voluntário, necessário e edilício. A propriedade resolúvel e fiduciária. Dos direitos reais sobre coisas alheias: caracteres e classificação. Da superfície. Da servidão. Do usufruto, uso e direito real de habitação. O direito do promitente comprador. Dos direitos reais de garantia: penhor, hipoteca e anticrese.

ÁREA/EIXO/NÚCLEO	COMPETÊNCIA (S)	HABILIDADES
60103019 Direito Civil	<ul style="list-style-type: none">• Compreender, interpretar, argumentar e aplicar o Direito.• Pesquisar a legislação, a jurisprudência e a doutrina para aplicação e produção criativa do Direito.• Dominar a técnica jurídica.	<ul style="list-style-type: none">• Capacidade de compreensão, interpretação, argumentação e aplicação do Direito.• Capacidade de pesquisa da dogmática, da jurisprudência e da doutrina, para aplicação e produção criativa do Direito.• Capacidade de dominar a técnica jurídica, nunca deixando de integrar teoria e prática.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 INTRODUÇÃO

Conceito. Direito das Coisas e Direitos Reais. Direitos Patrimoniais e Direitos Reais.

2 POSSE

Conceito. Teorias. Função social da posse. Posse e detenção. Classificação da posse. Efeitos da Posse. Aquisição, transmissão e perda da posse. Compose.

3 PROPRIEDADE

Conceito e características. Função social e socioambiental da propriedade. A desapropriação judicial privada por posse-trabalho. A propriedade resolúvel e a propriedade fiduciária. Formas de aquisição da propriedade imóvel. Formas de aquisição da propriedade móvel. Perda da propriedade.

4 DIREITO DE VIZINHANÇA

Conceitos. Uso anormal da propriedade. Árvores limítrofes. Passagem forçada e passagem de cabos e tubulações. Das águas. Do direito de tapagem e dos limites entre prédios. Do direito de construir.

5 DO CONDOMÍNIO

Conceito, estrutura jurídica e modalidades. Do condomínio voluntário. Do condomínio necessário. Do condomínio edilício.

6 DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS

Do direito real de aquisição do promitente comprador. Dos direitos reais de gozo ou fruição: superfície, servidões, usufruto, uso, habitação, concessões especiais para uso e moradia.

7 DIREITOS REAIS DE GARANTIA

Princípios. Penhor. Hipoteca. Anticrese. Alienação Fiduciária.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Direito das Coisas. V. 5. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil. Direitos Reais.V. 5.20 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil. Direitos Reais.V. 5. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Periódico Capes.

DIREITO PENAL ESPECIAL II

EMENTA

Dos Crimes contra a Dignidade Sexual. Dos crimes contra a família. Dos crimes contra a incolumidade pública. Dos crimes contra a paz pública. Dos crimes contra a fé pública. Dos crimes contra a administração pública.

<p>ÁREA/EIXO/NÚCLEO 60103019 Direito Penal</p>	<p>COMPETÊNCIA (S)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Compreender, interpretar, argumentar e aplicar o Direito. - Pesquisar a legislação, a jurisprudência e a doutrina para aplicação e produção criativa do Direito. - Dominar a técnica jurídica. 	<p>HABILIDADES</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacidade de compreensão, interpretação, argumentação e aplicação do Direito. • Capacidade de pesquisa da dogmática, da jurisprudência e da doutrina, para aplicação e produção criativa do Direito. • Capacidade de dominar a técnica jurídica, nunca deixando de integrar teoria e prática.
--	---	---

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- PONTO 1. Dos crimes contra a Dignidade Sexual
- PONTO 2. Dos crimes contra a Família
- PONTO 3. Dos crimes contra a Incolumidade Pública
- PONTO 4. Dos crimes contra a Paz Pública
- PONTO 5. Dos crimes contra a Fé Pública
- PONTO 6. Dos crimes contra a Administração Pública

REFERÊNCIAS

Bibliografia Básica:

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. Parte Especial. Vol. 4 e Vol 5. São Paulo: Saraiva, 2016.

BUSATO, Paulo César. Direito Penal. Parte Especial. Vol 3. São Paulo: Atlas, 2016.

PRADO, Luiz Regis. Curso de Direito Penal brasileiro. 14ª Ed. São Paulo: RT, 2015.

MIRABETE, Júlio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. Manual de direito penal: parte especial. Vol. 3. São Paulo: Atlas, 2007.

Bibliografia Complementar:

FRANCO, Alberto Silva (coord). Código Penal e sua interpretação jurisprudencial. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001, v. 2.

DELMANTO, Celso et al. Código Penal comentado. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

JESUS, Damásio E. de. Código Penal anotado. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

JESUS, Damásio E. de. Direito Penal: parte especial. Vol 3 e 4. São Paulo: Saraiva, 2015.

PAZZAGLINI FILHO, Marino. Lei de improbidade administrativa comentada. São Paulo: Atlas, 2007.

DIREITO EMPRESARIAL II

EMENTA

Títulos de crédito: letra de câmbio, nota promissória, duplicata e cheque. Institutos do direito cambiário: endosso, aval, protesto e aceite. O cheque pós-datado. Conhecimento de depósito e warrant. Cartões de crédito. Contratos mercantis. Compra e venda mercantil. Locação mercantil. Shopping centers. Contrato de penhor e de fiança mercantil. Contrato de representação comercial. Leasing, factoring e franchising.

ÁREA/EIXO/NÚCLEO	COMPETÊNCIA (S)	HABILIDADES
60103027 Direito Comercial.	<ul style="list-style-type: none">• Compreender, interpretar, argumentar e aplicar o Direito.• Pesquisar a legislação, a jurisprudência e a doutrina para aplicação e produção criativa do Direito.• Dominar a técnica jurídica.	<ul style="list-style-type: none">• Capacidade de compreensão, interpretação, argumentação e aplicação do Direito.• Capacidade de pesquisa da dogmática, da jurisprudência e da doutrina, para aplicação e produção criativa do Direito.• Capacidade de dominar a técnica jurídica, nunca deixando de integrar teoria e prática.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Teoria geral dos títulos de crédito

- Aspectos conceituais: crédito, título, outros títulos,
- cambiariedade, emissão e seus efeitos, obrigações representáveis;
- Aspectos gerais: princípios;
- Requisitos;
- Transferência do título;
- Aval;
- Adimplemento e inadimplemento.

2. Letra de câmbio

- Conceito e requisitos
- Vias múltiplas e cópias
- Endosso
- Aceite
- Pagamento
- Intervenção

3. Nota Promissória

- Conceito e requisitos
- Emissão em branco
- Autonomia e abstração
- Regime da letra de câmbio

4. Cheque

- Conceito
- Conta bancária
- Requisitos do cheque
- Tipologia do cheque
- Autonomia, abstração e independência
- Endosso
- Aval
- Prazo de apresentação
- Revogação, sustação e cancelamento
- Ação por falta de pagamento
- Cheque eletrônico

5. Duplicata

- Conceito
- Requisitos da duplicata
- Remessa e devolução da duplicata
- Adimplemento
- Endosso
- Protesto
- Execução da duplicata

6. Cédulas e notas de crédito

- Conceito
- Requisitos
- Liquidez e certeza
- Garantia real
- Transferência
- Exigibilidade
- Cédula de crédito bancário

7. Conhecimento de depósito e Warrant

- Conceito
- Requisitos
- Transferência
- Adimplemento

- Excussão do warrant

8. Títulos de garantia imobiliária

- Letra hipotecária
- Letra imobiliária
- Cédula hipotecária
- Letra de crédito imobiliário
- Cédula de crédito imobiliário

REFERÊNCIAS**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

Almeida, Amador Paes de. Teoria e Prática dos Títulos de Crédito. 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
coelho, Fábio Ulhoa. Manual de Direito Comercial. 20. ed., São Paulo: Saraiva, 2008.

MARTINS, Fran. Títulos de Crédito. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Periódico Capes.

DIREITO DO TRABALHO II

EMENTA: Estudar o Direito Coletivo e relações coletivas de trabalho. Organização e atuação sindical. Conteúdo dos interesses coletivos do trabalho. Direito de greve. Formas de composição dos conflitos coletivos do trabalho. O processo de dissídio coletivo: noções gerais.

ÁREA/EIXO/NÚCLEO DIREITO/PROFISSIONAL/ PRIVADO	COMPETÊNCIA (S)	HABILIDADES
	Desenvolver uma visão panorâmica das relações coletivas de trabalho e seus impactos no processo de formação da norma jurídica trabalhista.	Desenvolver elementos para compreensão adequada das regras que regem as relações coletivas de trabalho; Analisar o sistema sindical brasileiro e seus impactos sociais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Direito coletivo do trabalho.
2. Organização sindical.
3. Atuação das entidades sindicais.
4. Greve
5. Negociação coletiva.
6. O processo de dissídio coletivo do trabalho.

REFERÊNCIAS**BÁSICA:**

BARROS, Alice Monteiro de. Curso de Direito do Trabalho. 10.ed. São Paulo: LTr, 2016.

DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho. 15. ed. São Paulo: LTr, 2016.

FRANCO FILHO, Georgeton de Sousa. Curso de Direito do Trabalho. 2. ed. São Paulo: LTr, 2016.

COMPLEMENTAR

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de Direito do Trabalho. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

PEREIRA, Leone; ORSI, Renata; SCARLERCIO. CLT ORGANIZADA. 3. ed. São Paulo: RT, 2016

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Direito Sindical. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

Ementas das disciplinas do 6º Período:

EXECUÇÃO NO PROCESSO CIVIL

EMENTA

Tutela Jurisdicional Executiva. Princípios Processuais da Execução Civil. Responsabilidade Patrimonial na Execução. Partes e Competência na Execução. Requisitos Necessários para Realizar a Execução. Cumprimento de Sentença (Execução Fundada em Título Executivo Judicial). Execução de Título Extrajudicial. Execução Específica das Obrigações de Fazer; Não Fazer e Dar Coisa Certa. Suspensão e Extinção das Execuções.

ÁREA/EIXO/NÚCLEO

Processo Civil

COMPETÊNCIA (S)

Aprimorar os conceitos gerais dos temas da ementa em comentário.

Trazer a lume as correntes doutrinárias e jurisprudenciais divergentes acerca dos institutos.

Despertar nos discentes a importância da disciplina para o exercício profissional.

Facilitar aos discentes a manipulação dos conceitos e aspectos técnicos da disciplina.

Realizar estudo sistemático, numa perspectiva teórica capaz de estruturar racionalmente e logicamente os conteúdos processuais abordados.

HABILIDADES

Trazer aos discentes uma abordagem específica e completa das diversas espécies de execução, bem como das obrigações específicas de fazer, não fazer e dar coisa certa, com vistas às alterações ocorridas no Novo Código de Processo Civil, a fim de possibilitar ao aluno uma segura atuação prática, bem como dotá-lo de um arcabouço teórico sólido e eficaz, sem se descuidar de uma reflexão crítica e construtiva dos temas abordados.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Tutela Jurisdicional Executiva.
 - 1.1. A Técnica Processual Executiva.
 - 1.2. Atos Executivos em Espécie e Formas de Execução.
2. Princípios Processuais da Execução Civil.
3. Responsabilidade Patrimonial na Execução.
4. Partes e Competência na Execução.
5. Requisitos Necessários para Realizar a Execução.
 - 5.1. Inadimplemento do Devedor.
 - 5.2. Título Executivo.
6. Cumprimento de Sentença (Execução Fundada em Título Executivo Judicial)
 - 6.1. Cumprimento de Sentença Contra a Fazenda Pública.
 - 6.2. Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos.
 - 6.3. Execução Por Quantia Certa Contra Devedor Insolvente.
 - 6.4. Impugnação ao Cumprimento de Sentença.
7. Execução de Título Extrajudicial.
 - 7.1. Execução Contra A Fazenda Pública.
 - 7.2. Execução de Alimentos.
 - 7.3. Embargos à Execução.
 - 7.4. Exceção de Pré-executividade.
8. Execução Específica das Obrigações de Fazer; Não Fazer e Dar Coisa Certa.
9. Suspensão e Extinção das Execuções.

Básica

MONTENEGRO FILHO, Misael. Curso de direito processual civil. São Paulo: Atlas, 2015. V. 2.
THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil: execução e processo cautelar. 38 ed. Rio de Janeiro, Forense, 2005, v. 2.
WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. Curso Avançado de Processo Civil: Execução. 15.ª ed. São Paulo: RT, 2015. V. 2.

Bibliografia Complementar:

BUENO, Cássio Scarpinela. Manual de Direito Processual Civil. São Paulo: Saraiva, 2015.
CUNHA, Leonardo José Carneiro da. A fazenda pública em juízo. São Paulo: Dialética, 2006.
GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Direito Processual Civil Esquematizado. 6.ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
GRECO FILHO, Vicente. Direito processual civil brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2006, V. 3.
SANTOS, Ernane Fidélis dos. Manual de direito processual civil: execução e processo cautelar: emendas. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2002, v. 2.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

EMENTA: Introdução ao Direito Processual do Trabalho; Solução dos conflitos trabalhistas: Comissão de Conciliação Prévia; Do Judiciário Trabalhista: organização e funcionamento da Justiça do Trabalho; Competência da Justiça do Trabalho: Jurisdição e competência: competência em razão da matéria e da pessoa; competência funcional; competência territorial. Atos, termos, prazos e nulidades processuais; Partes e Procuradores: capacidade para ser parte; capacidade postulatória; representação por advogado; assistência judiciária; representação e assistência; substituição processual. Dissídio individual: procedimento ordinário; procedimento sumaríssimo; Recursos no processo do trabalho; Execução Trabalhista..

ÁREA/EIXO/NÚCLEO
DIREITO/PROFISSIONAL/PÚBLICO

COMPETÊNCIA (S)
- Identificar as peculiaridades do Processo do Trabalho e os critérios de aplicação supletiva do processo civil;
- Conhecer os métodos de solução dos conflitos trabalhistas;
- Analisar a organização e funcionamento da Justiça do Trabalho;
- Relacionar as regras de competência material, hierárquica e territorial e comparar com as normas do processo civil;
- Distinguir as peculiaridades trabalhistas no que diz respeito aos atos e prazos processuais, nulidades, partes, assistência judiciária;

HABILIDADES
- Desenvolver elementos para compreensão adequada das regras que regem as relações processuais no âmbito da Justiça do Trabalho;
- Atuar na área processual trabalhista, de forma a atender sua relevância no âmbito da jurisdição nacional e como utilizá-lo como ferramenta de desenvolvimento na advocacia.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 - INTRODUÇÃO AO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO 1.1. Conceito. Evolução. Autonomia 1.2. Princípios orientadores do processo do trabalho

2 - SOLUÇÃO DOS CONFLITOS TRABALHISTAS 2.1. Autodefesa, autocomposição e heterocomposição 2.2. Comissões de conciliação prévia Unidade

3 - DO JUDICIÁRIO TRABALHISTA 3.1. O Poder Judiciário 3.2. Organização, composição e funcionamento da Justiça do Trabalho

4 - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO 4.1. Jurisdição e competência 4.2. Competência em razão da matéria e das pessoas 4.3. Competência funcional 4.4. Competência territorial;

5 - PARTES E PROCURADORES 5.1. Partes 5.1.1. Capacidade para ser parte 5.1.2. Capacidade postulatória - jus postulandi 5.1.2.1. Representação por advogado 5.1.2.2. Assistência judiciária 5.1.3. Representação e assistência; 5.2. Substituição processual.

6 - DISSÍDIO INDIVIDUAL 6.1. Procedimento ordinário 6.1.1. Fase postulatória 6.1.1.1. Requisitos da petição inicial 6.1.1.2. Condições da ação 6.1.1.3. Pressupostos processuais 6.1.2. Audiência 6.1.2.1. Comparecimento das partes 6.1.2.1.1. Ausência do Reclamante: arquivamento 6.1.2.1.2. Ausência da Reclamada: revelia e confissão 6.1.2.2. Proposta conciliatória 6.1.2.1.1. Momento processual 6.1.2.1.2. Efeitos 6.1.2.3. Defesa do reclamado 6.1.2.3.1. Oral ou escrita 6.1.2.3.2. Contestação; 1.2.4. Fase probatória 6.1.2.4.1. Ônus da prova no processo de trabalho 6.1.2.4.2. Meios de prova, peculiaridades 6.1.2.5. Razões finais e renovação da tentativa de conciliação 6.1.2.6. Sentença 6.2. Procedimento sumaríssimo 6.3. Procedimento sumário

8 - RECURSOS NO PROCESSO DO TRABALHO 8.1. Princípios e normas aplicáveis aos recursos trabalhistas 8.2. Pressupostos de admissibilidade 8.2.1. Objetivos ou extrínsecos 8.2.2. Subjetivos ou intrínsecos 8.3. Efeitos dos recursos 8.4. Recursos em espécie 8.4.1. Embargos de declaração 8.4.2. Recurso ordinário 8.4.3. Recurso adesivo 8.4.4. Agravo de instrumento; 8.4.5. Recurso de revista 8.4.6. Embargos no TST; 8.4.7. Agravo de petição

9 - EXECUÇÃO TRABALHISTA 9.1. Regras gerais 9.2. Execução provisória e definitiva 9.3. Liquidação de sentença: cálculos, arbitramento, artigos. 9.4. Citação do executado 9.5. Penhora: bens penhoráveis e bens impenhoráveis 9.6. Meios impugnativos da execução 9.6.1. Embargos à execução 9.6.2. Impugnação do credor 9.6.3. Embargos de terceiros. 9.7. Recurso na execução: agravo de petição, cabimentos, rito e efeitos 9.8. Trâmites finais da execução: venda do bem em hasta pública: arrematação, adjudicação e remição 9.9. Da extinção da execução pelo pagamento

REFERÊNCIAS

BÁSICA:

OLIVEIRA, Francisco Antônio de. Manual de Audiências Trabalhistas. 9. ed. São Paulo, LTr, 2016.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de Direito Processual do Trabalho. 14. ed. São Paulo: LTr, 2016.

TEIXEIRA FILHO, Manuel Antônio. Comentários ao Novo Código de Processo Civil sob a perspectiva do Processo do Trabalho. São Paulo: LTr, 2016.

COMPLEMENTAR

GARCIA, Gustavo Felipe Barboza. . Curso de Direito Processual do Trabalho. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

SARAIVA, Renato; MANFEDRINI, Arianna. Curso de Direito Processual do Trabalho. Volume Único. São Paulo: JusPODIVN, 2016.

SCHIAVI, Mauro. Manual de Direito processual do Trabalho. 10. ed. São Paulo: LTr, 2016.

DIREITO DE FAMÍLIA

EMENTA

Fontes, princípios e conceitos fundamentais. A proteção constitucional da família. A pluralidade das entidades familiares. Problemas e temas relevantes. Casamento: processo de habilitação, impedimentos, celebração, regime de bens e efeitos jurídicos. A dissolução da sociedade conjugal e do vínculo conjugal. A união estável hetero e homoafetiva: requisitos, reconhecimento, caracteres e efeitos jurídicos. A proteção da pessoa dos filhos. Reconhecimento e negação da filiação. A adoção. O poder familiar. As relações de parentesco. Tutela e curatela. Alimentos. Da proteção jurídica do bem de família..

ÁREA/EIXO/NÚCLEO	COMPETÊNCIA (S)	HABILIDADES
60103019 Direito Civil	<ul style="list-style-type: none">• Compreender, interpretar, argumentar e aplicar o Direito.• Pesquisar a legislação, a jurisprudência e a doutrina para aplicação e produção criativa do Direito.• Dominar a técnica jurídica.	<ul style="list-style-type: none">• Capacidade de compreensão, interpretação, argumentação e aplicação do Direito.• Capacidade de pesquisa da dogmática, da jurisprudência e da doutrina, para aplicação e produção criativa do Direito.• Capacidade de dominar a técnica jurídica, nunca deixando de integrar teoria e prática.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO DE FAMÍLIA

1. A família. Origem. Evolução. Elementos Constitutivos: Sujeitos e Função. Afeto, igualdade, solidariedade e dignidade humana. Influências interdisciplinares no desenvolvimento do instituto familiar.
2. Conceito contemporâneo de família: amplitude. Significado jurídico do vocábulo: família biológica x civil; família x entidade familiar. A família reconstituída. Outras comunidades parafamiliares.
3. Sistema atual do direito de família: reflexos da Constituição sobre a regulamentação jurídica familiar do direito brasileiro. Visão Civil-Constitucional da família (re)personalizada.

DA SOCIEDADE CONJUGAL

- 4- O casamento. Caracteres. Natureza jurídica. Princípios. Pressupostos. Formalidades preliminares. Habilitação. Celebração. Prova. Impedimentos matrimoniais.
- 5- Efeitos jurídicos: pessoais e patrimoniais. Direitos e deveres de ambos os cônjuges.
- 6- Regime de bens. Princípios. Características. Espécies legais. Pacto Antenupcial. Os aquestos.
- 7- Casamentos celebrados em circunstâncias especiais. Hipóteses e efeitos.
- 8- Dissolução da sociedade e do vínculo conjugal. Nulidade e anulabilidade. Consequências jurídicas. A Dissolução Extrajudicial: Lei 11.441/07.
- 9- Separação judicial. Tipos e feitos. Separação de fato.
- 10- Divórcio. Conceito, objeto e modalidades. Consequências.
- 11- União estável. Análise das leis 8.971/94 e 9.278/96 à luz do Código Civil vigente. A polêmica da união homossexual e do concubinato.

DAS RELAÇÕES DE PARENTESCO E DOS INSTITUTOS PROTETIVOS

- 12- Parentescos. Filiação. Definição e classificação. Estruturação jurídica. Espécies: filiação biológica natural ou por manipulação genética. Filiação adotiva. Filiação havida de relação matrimonial e de união livre.
- 13- Reconhecimento de filho. Presunção legal de paternidade e de maternidade. Paridade de direitos entre os filhos.
- 14- Autoridade parental ou “poder familiar”. Caracteres, conteúdo e abrangência. Perda, suspensão e extinção do pátrio poder.
- 15- Alimentos. Objeto. Pressupostos. necessários. Características. Espécies. Fato gerador da obrigação alimentar. Alimentos devidos por quem não é parente, cônjuge ou membro de união estável: fundamentos. Revisão, exoneração e extinção dos alimentos. Sanções cíveis. A prisão do devedor e a novel visão do STF a respeito. A Lei dos Alimentos Gravídicos.
- 16- Adoção. Espécies. Requisitos. Efeitos. Nulidade e anulabilidade. Adoção por estrangeiro.
- 17- Tutela e Curatela. Conceito, objeto, espécies e causas. Exercício e cessação. Interdição

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de Direito Civil – Direito de Família. V. 6 –. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. V. 6. Direito de Família. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil – Direito de Família. V. 5. 20. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Periódico Capes.

DIREITO PROCESSUAL PENAL I		
<p>EMENTA</p> <p>Princípios Informadores do Processo Penal. Interpretação e Aplicação da Norma Processual Penal. Inquérito Policial. Ação Penal. Sujeitos Processuais. Procedimentos em Espécie.</p>		
ÁREA/EIXO/NÚCLEO	<p>COMPETÊNCIA (S)</p> <p>Adquirir as noções catecúmenas do processo penal e o aporte teórico.</p>	<p>HABILIDADES</p> <p>Destacar eventuais opiniões divergentes. Ser capaz de formular um juízo crítico e formar suas próprias opiniões acerca dos temas enfrentados.</p>
<p>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Princípios constitucionais informadores do processo penal: jus puniendi e jus persecuendi. 2. Interpretação e aplicação da norma processual penal. <ol style="list-style-type: none"> 2.1. Eficácia da lei processual penal no tempo e no espaço. 2.2. Imunidade em relação às pessoas. 3. Aplicação da Norma Processual Penal: funções finais do Processo Penal. 4. Inquérito policial. <ol style="list-style-type: none"> 4.1. Conceito, finalidade. 4.2. Competência e atribuição. 4.3. Formas de instauração nos crimes de: ação penal pública incondicionada, condicionada à representação ou requisição, e ação penal privada. 4.4. Indisponibilidade. 4.5. Arquivamento. 5. Da Ação Penal. <ol style="list-style-type: none"> 5.1. Pública 5.2. Condicionada e Incondicionada 5.3. Privada 5.4. Subsidiária da Pública 5.5. Denúncia Substitutiva. 6. Sujeitos Processuais. <ol style="list-style-type: none"> 6.1. Poder Judiciário. 6.2. Ministério Público e Defesa. 6.3. Da Assistência de Acusação. 7. Procedimentos processuais penais em espécie. <ol style="list-style-type: none"> 7.1. Juízo singular. 7.2. Crimes de competência do Tribunal do Júri 7.3. Rito ordinário. 7.4. Rito sumário. 7.5. Rito sumaríssimo (Lei nº 9099/95). 		
<p>REFERÊNCIAS</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>MIRABETE, Julio Fabbrini. Código de Processo Penal Interpretado. São Paulo: Atlas, 2005.</p> <p>NORONHA, Magalhães. Curso de Processo Penal. São Paulo: Saraiva, 2005.</p> <p>TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo Penal. vol. 1. São Paulo: Saraiva, 2006.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>GRECO FILHO, Vicente. Manual de Processo Penal. São Paulo: Saraiva, 2005.</p> <p>MIRABETE, Julio Fabbrini. Processo Penal. São Paulo: Atlas, 2004.</p> <p>MOSSIN, Heráclito Antonio. Curso de Processo Penal. vol. 1 e 2. Atlas, 2005.</p> <p>TORNAGHI, Hélio. Curso de Processo Penal. São Paulo: Saraiva, 2003.</p>		

DIREITO EMPRESARIAL III

EMENTA

Fundamentos do direito falimentar. Pressupostos do estado de falência. Procedimento falimentar. Recuperação judicial e falência. Da recuperação judicial. Da falência. Do procedimento para a decretação da falência. Arrecadação e custódia dos bens. Pedido de restituição. Da classificação dos créditos. Dos efeitos da decretação da falência sobre as obrigações do falido. Ineficácia e revogação de atos praticados antes da falência. Realização do ativo. Pagamento dos credores. Encerramento da falência: extinção das obrigações do falido. Recuperação extrajudicial. Dos crimes falimentares. Intervenção e liquidação extrajudicial..

ÁREA/EIXO/NÚCLEO	COMPETÊNCIA (S)	HABILIDADES
60103027 Direito Comercial.	<ul style="list-style-type: none">• Compreender, interpretar, argumentar e aplicar o Direito.• Pesquisar a legislação, a jurisprudência e a doutrina para aplicação e produção criativa do Direito.• Dominar a técnica jurídica.	<ul style="list-style-type: none">• Capacidade de compreensão, interpretação, argumentação e aplicação do Direito.• Capacidade de pesquisa da dogmática, da jurisprudência e da doutrina, para aplicação e produção criativa do Direito.• Capacidade de dominar a técnica jurídica, nunca deixando de integrar teoria e prática.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Evolução Histórica do Direito Falimentar. O Dec.-Lei nº 7.661/1945 e a Necessidade de Reforma.
2. A Falência no Direito Brasileiro.
3. Função do Direito Falimentar.
4. A Lei nº 11.101/2005: Influências, Princípios que Nortearam sua Aprovação, Inovações, Estrutura, Regras de Transição.
5. Disposições Preliminares e Comuns da Lei nº 11.101/2005.
 - 5.1. Devedor Sujeito à Lei nº 11.101/2005.
 - 5.2. Sociedades Empresariais Excluídas na Nova Lei Falimentar.
 - 5.3. Competência Judicial.
 - 5.4. Obrigações Excluídas da Falência e da Recuperação Judicial.
 - 5.5. A Universalidade do Juízo Falimentar.
 - 5.6. Verificação e Habilitação dos Créditos: Competência, Fases, Publicação da Relação de Credores, Impugnações, Divergências, Inclusões, Quadro Geral de Credores.
 - 5.7. Classificação dos Créditos.
 - 5.8. Administrador Judicial: Nomeação, Impedimentos, Termo de Compromisso, Funções, Prestação de Contas, Destituição e Substituição, Remuneração.
 - 5.9. Assembléia Geral de Credores: Constituição, Atribuições, Convocação, Quorum de Deliberação.
 - 5.10. Comitê de Credores: Existência Facultativa, Instalação, Atribuições, Composição.
6. Recuperação Judicial.
 - 6.1. Finalidade da Recuperação Judicial: Art. 47, LF.
 - 6.2. Requisitos para Requerer a Recuperação Judicial.
 - 6.3. Créditos Sujeitos à Recuperação Judicial.
 - 6.4. Meios de Recuperação Judicial.
 - 6.5. Órgãos da Recuperação Judicial de Empresa.
 - 6.6. Processo de Recuperação Judicial de Empresa.
 - 6.7. Administração e Bens do Devedor na Recuperação Judicial.
 - 6.8. Plano de Recuperação Judicial Especial para ME e EPP.
 - 6.9. Convolação da Recuperação Judicial em Falência.
7. Recuperação Extrajudicial.
 - 7.1. Requisitos Legais para a Homologação do Plano de Recuperação Extrajudicial.
 - 7.2. Credores Excluídos da Recuperação Extrajudicial.
 - 7.3. Processamento da Recuperação Extrajudicial.
8. Falência.
 - 8.1. Finalidade da Falência.
 - 8.2. Causas da Falência: Art. 94, LF.
 - 8.3. Pressupostos da Falência.
 - 8.4. Requerentes da Falência.
 - 8.5. Sentença Declaratória da Falência.
 - 8.6. Defesa do Devedor.
 - 8.7. Rito.
 - 8.8. Administração da Falência.
 - 8.9. Efeitos da Falência.
 - 8.10. Ineficácia dos Atos o Falido.
 - 8.11. Ação Revocatória.
 - 8.12. Arrecadação dos Bens.
 - 8.13. Pedido de Restituição.
 - 8.14. Realização do Ativo.
 - 8.15. Pagamento dos Credores.
 - 8.16. Encerramento da Falência.
 - 8.17. Extinção das Obrigações do Falido.
9. Lei de Recuperação de Empresas.
10. Ações e Recursos: Agravo, Objeção, Impugnação, Apelação, Embargos de Terceiros, Pedido de Restituição de Mercadorias.
11. Os Crimes no Âmbito da Lei de Recuperação de Empresas: Efeitos da Condenação, Procedimento Penal.
12. Liquidação Extrajudicial de Instituições Financeiras: Introdução, Liquidação Extrajudicial, Reorganização de Instituições Financeiras, Responsabilidade dos Administradores.
13. Temas e Casos Práticos da Área voltados para a Realidade Regional de Inserção do Curso.

REFERÊNCIAS**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

Almeida, Amador Paes de. Curso de Falência e Recuperação de Empresa. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MAMEDE, Gladston. Falência e Recuperação de Empresas. v.4. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

NEGRÃO, Ricardo. Manual de Direito Comercial e de Empresa. v.3. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Periódico Capes.

LEGISLAÇÃO PENAL PROTETIVA**EMENTA**

Introdução à Legislação Extravagante do Direito Penal. Aspectos constitucionais da descodificação do direito penal e da técnica das legislações penais especiais. Lei dos Juizados Especiais Criminais e Justiça Negociada no Brasil. Lei Maria da Penha. Lei de Drogas. Estatuto do Desarmamento. Lei de Organização Criminosa. Crimes Contra a Ordem Econômica, Tributária e as Relações de Consumo. Crime de Lavagem de Dinheiro. Crimes contra a Ordem Financeira. Aspectos do crime do colarinho branco e Administrativização do Direito Penal.

ÁREA/EIXO/NÚCLEO

Ciências Sociais
Aplicadas/Formação
Técnico-Jurídica/Direito
Público

COMPETÊNCIA (S)

Desenvolver uma visão crítica do Direito Penal. Trabalhar a capacidade de análise e interpretação da parte geral do Código Penal.

HABILIDADES

Possibilitar ao discente o estudo sobre as principais categorias do Direito Penal, através de uma perspectiva crítica e contextualizada.
Possibilitar ao aluno uma análise crítica dos fundamentos do direito penal tendo como base sua construção e edificação histórica pós-revoluções burguesas do séc. XVII e XVIII.
Trazer ao aluno o conhecimento dos princípios do direito penal tendo como base a Constituição Federal de 1988.
Preparar o aluno no conhecimento da parte geral do código penal, ministrando-lhe ensinamentos sobre os crimes em espécie.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1.Introdução à Legislação Extravagante do Direito Penal.
- 2.Aspectos constitucionais da descodificação do direito penal e da técnica das legislações penais especiais.
- 3.Lei dos Juizados Especiais Criminais e Justiça Negociada no Brasil.
- 4.Lei Maria da Penha.
- 5.Lei de Drogas.
- 6.Estatuto do Desarmamento.
- 7.Lei de Organização Criminosa.
- 8.Crimes Contra a Ordem Econômica, Tributária e as Relações de Consumo.
- 9.Crime de Lavagem de Dinheiro. Crimes contra a Ordem Financeira.
10. Aspectos do crime do colarinho branco e Administrativização do Direito Penal.

REFERÊNCIAS

BÁSICA:

ANDREUCCI, Ricardo Antônio. Legislação Penal Especial. 15ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

DELMANTO, Roberto; Et al. Leis Penais Especiais Comentadas. 3ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

LIMA, Renato Brasileiro de. Legislação criminal especial comentada: volume único. 6. Ed. Salvador: JusPodivm, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Periódico Capes.

Direito Financeiro e Tributário I

EMENTA

A exposição dos elementos e princípios constitutivos do direito financeiro e do direito tributário brasileiro, sua gênese no direito constitucional e desdobramentos nas demais legislações infraconstitucionais, através da adequada interpretação e integração. a compreensão do sistema financeiro e orçamentário; da obrigação tributária e do seu fato gerador, conhecendo os sujeitos ativo e passivo em relação ao crédito tributário e as formas de sua constituição e extinção.

<p>ÁREA/EIXO/NÚCLEO</p> <p>CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS/ CIÊNCIA JURÍDICA/ DIREITO PÚBLICO/</p>	<p>COMPETÊNCIA (S)</p> <p>Entender do surgimento e formação das ações práticas da administração fiscal. Compreender o seu nexos com a Constituição. Saber dos direitos e garantias pessoais dos sujeitos tributários (ativo e passivo). Aprender sobre os procedimentos fiscais e suas respectivas responsabilidades. A realidade dos tributos em espécie e a fazenda pública em juízo. Visitas de campo a órgãos públicos.</p>	<p>HABILIDADES</p> <p>Apreender o uso da Carta Magna de 1988 frente as ações fiscais. Avaliar e confrontar critérios técnico-legislativos frente as ações práticas esperadas. Avaliar a prática em confronto com a teoria, criticamente. Chocar normas constitucionais frente as infraconstitucionais. Chocar o CTN frente a Carta Magna de 1988. Aplicar a legislação a casos concretos.</p>
---	---	---

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Unidade I

1. NOÇÕES GERAIS DE DIREITO FINANCEIRO

1. Atividade financeira do Estado.
- 1.2 Conceito de Direito Financeiro.
- 1.3 Orçamento Público
 - 1.3.1 Natureza Jurídica
 - 1.3.2 Orçamentos: programa, de desempenho, base zero e participativo.
 - 1.3.3 Princípios orçamentários
 - 1.3.4 Leis orçamentárias
 - 1.3.5 Processo legislativo orçamentário
 - 1.3.6 Vedações orçamentárias constitucionais

2. DESPESA PÚBLICA, RECEITA PÚBLICA E CRÉDITO PÚBLICO

- 2.1. Despesa Pública
 - 2.1.1 Conceito
 - 2.1.2 Classificações
 - 2.1.3 Estágios
 - 2.1.4 Adiantamentos
 - 2.1.5 Despesa Pública e a Lei de Responsabilidade Fiscal
- 2.2. Receita Pública
 - 2.2.1 Conceito
 - 2.2.2 Classificações
 - 2.2.3 Estágios
 - 2.2.4 Dívida Ativa
 - 2.2.5 Repartição de receitas (transferências constitucionais)
 - 2.2.6 Receita Pública e a Lei de Responsabilidade Fiscal
- 2.3. Crédito Público
 - 2.3.1 Conceito
 - 2.3.2 Natureza Jurídica
 - 2.3.3 Classificação
 - 2.3.4 Dívida Pública: competências do Congresso Nacional e do Senado Federal; Lei 4.320/64; Lei de Responsabilidade Fiscal.

UNIDADE II

3. FUNDAMENTOS BÁSICOS DO DIREITO TRIBUTÁRIO.

Conceito de Direito Tributário.

Posição constitucional (princípios constitucionais tributários).

Problema da autonomia e do relacionamento do Direito Tributário com outros ramos do Direito.

Fontes do Direito Tributário. (lei complementar tributária, lei ordinária, decretos, portarias, etc.).

4. ESPÉCIES E CLASSIFICAÇÕES DOS TRIBUTOS.

- 1.1. Impostos (classificações).
- 1.2. taxas.
 - 1.2.1. Serviço público e poder de polícia.
 - 1.2.2. Taxa e preço público.
- 1.3. Contribuição de melhoria.
- 1.4. Pedágio
- 1.5. Empréstimo compulsório.
- 1.6. Contribuições sociais, econômicas e corporativas.

5. VIGÊNCIA E APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.

- 1.1. Vigência das leis.
- 1.2. Vigência no tempo (princípio da anterioridade).
- 1.3. Vigência no espaço (leis estrangeiras).
- 1.4. Aplicação da lei tributária.

- 1.5. Fatos futuros e pendentes.
 - 1.6. Retroatividade benigna em matéria de infrações.
6. INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO A LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.
- 1.1. Noção de interpretação e integração.
 - 1.2. Métodos de interpretação.
 - 1.3. Lacunas e métodos integrativos.
 - 1.4. Interpretação benigna.
 - 1.5. Interpretação com base econômica.
 - 1.6. Interpretação das normas sobre isenção.
7. OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA E FATO GERADOR.
- 1.1. Obrigação principal.
 - 1.2. Obrigação acessória.
 - 1.3. Fato gerador.
 - 1.4. Noção e espécies do fato gerador.
 - 1.5. Elementos do fato gerador do tributo.
 - 1.6. Efeitos do fato gerador.
8. SUJEITOS, ATIVO E PASSIVO, DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA.
- 1.1. Sujeito ativo.
 - 1.2. Competência e capacidade tributária.
 - 1.3. Sujeito passivo da obrigação principal e da obrigação acessória.
 - 1.4. Contribuinte.
 - 1.5. Responsável.
 - 1.6. Solidariedade (efeitos da solidariedade).
 - 1.7. Capacidade tributária.
 - 1.8. Domicílio tributário.
 - 1.9. Responsabilidade tributária.
9. CRÉDITO TRIBUTÁRIO.
- 1.1. Noções gerais.
 - 1.2. Lançamento tributário.
 - 1.3. Nascimento da obrigação tributária.
 - 1.4. Conceito e natureza do lançamento.
 - 1.5. Modalidades de lançamento.
 - 1.6. Revisão de ofício.
 - 1.7. Homologação.
 - 1.8. Arbitramento.
 - 1.9. Efeitos do lançamento.
10. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.
- 1.1. Obrigação tributária e exigibilidade e suspensão desta exigibilidade.
 - 1.2. Moratória.
 - 1.3. Depósito do crédito tributário.
 - 1.4. Reclamações e recursos.
 - 1.5. Liminar em mandado de segurança.
11. EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.
- 1.1. Extinção da obrigação e do crédito tributário.
 - 1.2. Causas extintivas do crédito tributário no CTN.
 - 1.3. Pagamento.
 - 1.4. Repetição do indébito.
 - 1.5. Decadência e prescrição.
12. EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.
- 1.1. Definição.
 - 1.2. Incidência, não incidência, imunidade e isenção.
 - 1.3. Isenção
 - 1.4. Supressão de isenção.

- 1.5. Condições e requisitos.
- 1.6. Anistia (ampla e limitada).

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- AMARO, Luciano. Direito Tributário Braileiro. São Paulo: Saraiva, 2005.
CARVALHO, Paulo de Barros: Curso de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva, 2003.
HARADA, Kiyoshi. Direito Financeiro e Tributário. São Paulo: Atlas, 2010.
MARTINS, Sérgio Pinto: Manual de direito tributário. São Paulo: Atlas, 2003.
OLIVEIRA, Regis Fernandes de. Curso de Direito Financeiro. São Paulo: RT, 2010.
TORRES, Ricardo Lobo. Curso de Direito Financeiro e Tributário. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- ALEXANDRINO, Marcelo e PAULO, Vicente. Direito Tributário na Constituição e no STF. Niterói: Impetus, 2007.
BALEEIRO, Aliomar: Direito Tributário Brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1997.
BORGES, José Souto Maior. Lei Complementar Tributária. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 1975.
COELHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de Direito Tributário Brasileiro. Rio de Janeiro: Forense, 2007.
COLNAGO, Rodrigo. Direito Financeiro e Econômico (perguntas e respostas). São Paulo: Saraiva, 2009.
ICHIHARRA, Yoshiaki. Direito Tributário. São Paulo: Atlas, 2007.
MARTINS, Ives Gandra da Silva: Curso de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva, 2003.
_____ (Coord.): Direitos fundamentais do contribuinte. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.
PASCOAL, Valdecir. Direito Financeiro e Controle Externo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
VELLOSO, Andrei Pitten. Constituição Tributária Interpretada. São Paulo: Atlas, 2007.

ÉTICA GERAL E PROFISSIONAL

EMENTA: O conhecimento a respeito dos fenômenos humanos, precisa ser submetido a um olhar crítico, capaz de explicitar suas condições de existência e seu processo de construção. Tal atitude é especialmente relevante no que diz respeito ao fenômeno moral, sua contextualização e exercício. Nessa disciplina o aluno terá um contato inicial com as grandes correntes da ética e suas relações com a justiça e o direito, permitindo-lhe desenvolver instrumental teórico básico de entendimento dos fenômenos acima citados, a partir de perspectivas de análise distintas e centradas nos pensadores clássicos e contemporâneos.

ÁREA/EIXO/NÚCLEO PROPEDÊUTICA

COMPETÊNCIA (S)

1. Elaborar enfoque crítico sobre as condições de existência do fenômeno moral.
2. Refletir sobre os fenômenos sociais dentro da perspectiva da ética, do direito e da prática jurídica.

HABILIDADES

1. Estabelecer relações entre moral, direito e dever.
2. Formular uma interpretação crítica da realidade social e das condições de possibilidade da concretização do exercício no dever-ser.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. O fenômeno moral, sua essência e fundamento:
 - 1.1 A existência histórica do indivíduo e a finalidade da vida ética.
 - 1.2 Os valores e o dever-ser.
 - 1.3 A ética como filosofia moral.
 - 1.4 Os pressupostos da moral.
2. As grandes correntes na ética.
 - a. A antiguidade clássica: Sócrates, Aristóteles e Epicuro.
 - b. A modernidade: Hume, Spinoza e Kant.
 - c. A contemporaneidade: Hegel, Nietzsche, Habermas e Tughendat.
3. Ética, moral, justiça e direito
 - 3.1 A ordem moral objetiva:
 - 3.2 Lei, direito e dever.
 - 3.3 Leis naturais e leis éticas
 - 3.4 Bem pessoal e bem coletivo.
4. A conduta ética no exercício das atividades jurídicas.

REFERÊNCIAS

Bibliografia Básica:

BITTAR, C.B. Eduardo. Curso de ética jurídica: ética geral e profissional. São Paulo: Saraiva, 2010.
COSTA, Elcias Ferreira da. Deontologia jurídica, ética nas profissões jurídicas. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

NALINI, José R. Ética geral e profissional. São Paulo: RT, 2009.

Bibliografia Complementar:

COMPARATO, Fábio Konder. Ética: direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MAMEDE, Gladston. A advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil. São Paulo: Atlas, 2008.

PERELMAN, Chain. Ética e direito. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2000.

TUGENDHAT, Ernst. Lições sobre ética. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

WILLIAMS, Bernard. Moral: uma introdução à ética. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2005.

Ementas das disciplinas do 7º Período:

DIREITO DAS SUCESSÕES

EMENTA

Direito sucessório: fontes, princípios e conceitos fundamentais. Problemas e temas relevantes. Fundamentos históricos e constitucionais. Da sucessão em geral: a herança e sua administração, a vocação hereditária, aceitação e renúncia da herança, os excluídos da sucessão, a herança jacente e a petição de herança. Sucessão legítima. Sucessão testamentária. Inventário e partilha.

<p>ÁREA/EIXO/NÚCLEO 60103019 Direito Civil</p>	<p>COMPETÊNCIA (S)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compreender, interpretar, argumentar e aplicar o Direito. • Pesquisar a legislação, a jurisprudência e a doutrina para aplicação e produção criativa do Direito. • Dominar a técnica jurídica. 	<p>HABILIDADES</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacidade de compreensão, interpretação, argumentação e aplicação do Direito. • Capacidade de pesquisa da dogmática, da jurisprudência e da doutrina, para aplicação e produção criativa do Direito. • Capacidade de dominar a técnica jurídica, nunca deixando de integrar teoria e prática.
--	---	---

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE 1: DO DIREITO SUCESSÓRIO

1. DISPOSIÇÕES GERAIS. 1.1 - Abertura da sucessão: momento, pressupostos, efeitos. 1.2 - Espécies de sucessão. 1.3 - Capacidade sucessória. 1.4 - Proibição de pactos sucessórios. 2. DA ADMINISTRAÇÃO DA HERANÇA: 2.1-A herança como um todo. 2.2-A indivisibilidade do direito dos co-herdeiros. 2.3-Responsabilidade dos co-herdeiros. 2.4-Cessão de direitos hereditários. 2.5-Abertura do inventário. 2.6-Administração provisória da herança. 3. DA ACEITAÇÃO E RENÚNCIA DA HERANÇA: 3.1- Conceito de aceitação da herança. 3.2- Espécies de aceitação. 3.3-Características da aceitação. 3.4-Irretratibilidade da aceitação. 3.5-Anulação da aceitação. 3.6-Conceito de renúncia da herança. 3.7-Espécies de renúncia. 3.8-Restrições legais ao direito de renunciar. 3.9-Efeitos da Renúncia. 3.10 -Ineficácia e invalidade da renúncia. 3.11-Irretratibilidade da renúncia. 4. EXCLUÍDOS DA SUCESSÃO: 4.1- Conceito e fundamento da indignidade. 4.2 - Causas de exclusão por indignidade. 4.3 - Falta de legitimação para suceder. 4.4 - Procedimento para a obtenção da exclusão. 4.5 - Efeitos da exclusão. 4.6 - Reabilitação ou perdão do indigno. 5.HERANÇA JACENTE E HERANÇA VACANTE. 5.1-Conceito de herança jacente. 5.2 - Hipóteses de jacência. 5.3 - Conceito de vacância da herança. 5.4 - Efeitos da declaração de vacância. 6. PETIÇÃO DE HERANÇA. 6.1 - Partes legítimas. 6.2 - Efeitos da sentença. 6.3 - Prazo prescricional.

UNIDADE 2: SUCESSÃO LEGÍTIMA

1. DA ORDEM DA VOCAÇÃO HEREDITÁRIA. 1.1 - Sucessão e herdeiro legítimo. 1.2 - Sucessão dos descendentes. 1.3- Sucessão dos ascendentes. 1.4 - Sucessão do cônjuge sobrevivente. 1.5 - Sucessão do companheiro sobrevivente. 1.6 - Sucessão dos colaterais. 2. DOS HERDEIROS NECESSÁRIOS: 2.1-Legítima e metade disponível. 2.2 Restrição à liberdade de testar 2.3 - Cláusulas restritivas. 3. DO DIREITO DE REPRESENTAÇÃO. 3.1- Requisitos do direito de representação. 3.2-Efeitos da representação.

UNIDADE 3 – SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA

1. DO TESTAMENTO EM GERAL. 1.1-Conceitos, características, nulidades e caducidade do testamento. 1.2 - Capacidade testamentária ativa e passiva. 1.3 - Invalidade de testamento conjuntivo. 1.4. Perda ou destruição e reconstituição do testamento. 2. FORMAS ORDINÁRIAS DE TESTAMENTO. 2.1-Testamento público: requisitos e formalidades. 2.2 - Testamento cerrado: requisitos e formalidades. 2.3-Testamento particular: requisitos e formalidades. 3. TESTAMENTOS ESPECIAIS. 3.1 - Testamento marítimo. 3.2 - Testamento aeronáutico. 3.3 -Testamento militar. 4. CODICILOS. 4.1-Requisitos do codicilo. 4.2 - Espécies de codicilo. 4.3 - Revogação do codicilo. 5. DISPOSIÇÕES TESTAMENTÁRIAS. 5.1-Princípios gerais. 5.2-Nomeação do herdeiro. 5.3 -Nulidade das disposições. 5.4 - Cláusulas restritivas. 6. DOS LEGADOS. 6.1- Conceito e histórico. 6.2 - Sujeitos dos legados. 6.3 - Objeto dos legados. 6.4 - Efeitos dos legados e seu pagamento. 6.5 - Caducidade dos legados. 6.6 - O direito de acrescer. 7. DAS SUBSTITUIÇÕES. 7.1-Espécies de substituição. 7.2 - Direitos e deveres do fiduciário. 7.3 - Direitos e deveres do fideicomissário. 8. DA DESERDAÇÃO. 8.1-Distinção entre deserdação e indignidade. 8.2 - Requisitos de eficácia da deserdação. 8.3 - Causas da deserdação. 8.4 - Efeitos da deserdação. 9. REDUÇÃO DAS DISPOSIÇÕES TESTAMENTÁRIAS. 9.1-Conceito de redução. 9.2 - Ordem da redução. 9.3 -Instituição tácita. 9.4 - Substituição: conceito e espécies. 9.5 - Testamenteiro: nomeação, direitos, obrigações e destituição. 10. DO TESTAMENTEIRO. 10.1 - Espécies de testamenteiro. 10.2 -Nomeação do testamenteiro. 10.3 - Aceitação do encargo pelo testamenteiro. 10.4 - Atribuições do testamenteiro. 10.5 - Responsabilidade do testamenteiro. 10.6 - Remuneração do testamenteiro. 10.7-Cessaçã da testamentaria

UNIDADE IV – LIQUIDAÇÃO DA HERANÇA

1.DO INVENTÁRIO. 1.1- Conceito de inventário. 1.2 - Abertura do inventário. 1.3 - Espécies de inventário. 1.4 - Processamento do inventário. 1.5 - Fase da partilha. 1.6 – Arrolamento. 1.7 - O inventário administrativo. 1.8 - Da pena de sonogados. 1.9 - Do pagamento das dívidas. 1.10 - Da colação ou conferência e redução das doações. 2.DA PARTILHA. 2.1- Espécies de partilha. 2.2 -Garantia dos quinhões hereditários. 2.3 - Anulação da partilha.

REFERÊNCIAS**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: direito das sucessões. São Paulo:Saraiva, 2007. v. 6.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro: direito das sucessões. São Paulo:Saraiva, 2007, v. 7.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil: direito das sucessões. Rio de Janeiro: Forense, 2002, v.6.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Periódico Capes.

DIREITO PROCESSUAL PENAL II**EMENTA**

Os atos de chamamento processual. Prova. Prisão. Liberdade.

ÁREA/EIXO/NÚCLEO	COMPETÊNCIA (S)	HABILIDADES
	Compreender os pontos centrais do processo penal, que envolvem as medidas cautelares de constrição da liberdade e a condução do processo de conhecimento.	Destacar eventuais opiniões divergentes. Ser capaz de formular um juízo crítico e formar suas próprias opiniões acerca dos temas enfrentados.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – OS ATOS DE CHAMAMENTO PROCESSUAL.

- 1.1 Noção. Diferenças – citação, notificação e intimação.
- 1.2 Notificações e intimações.
- 1.3 Intimação da pronúncia e da sentença.
- 1.4 Citação.
- 1.5 Revelia do réu.
- 1.6 Peculiaridades do Juizado Especial Criminal.

UNIDADE II – PROVA.

- 2.1 Teoria geral da prova. Princípios, sistemas de valoração, peculiaridades, questão da gestão da prova, questão do in dubio pro reo.
- 2.2 Os meios de prova nominados no CPP. Natureza.
- 2.3 Interrogatório.
- 2.4 Confissão.
- 2.5 Ofendido
- 2.6 Prova testemunhal.
- 2.7 Acareação.
- 2.8 Prova documental.
- 2.9 Reconhecimento.
- 2.10 Prova pericial.
- 2.11 Busca.
- 2.12 Prova indiciária.
- 2.13 A prova ilícita.

UNIDADE III – QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES.

- 3.1 Noção.
- 3.2 Questões prejudiciais.
- 3.3 Exceções.
- 3.4 Incompatibilidades e impedimentos.
- 3.5 Conflito de competência e conflito de atribuição.
- 3.6 Restituição das coisas apreendidas.
- 3.7 Medidas assecuratórias.
- 3.8 Incidente de falsidade.
- 3.9 Insanidade mental do acusado.

UNIDADE IV – PRISÃO E MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS.

- 4.1 Noção. A questão do poder geral de cautela do juiz no processo penal.
- 4.2 Os títulos prisionais e seus remédios liberatórios. Prisão ilegal X prisão desnecessária. Pertinência e fungibilidade.
- 4.3 A prisão como medida cautelar. A captura como pressuposto da prisão. Prisão especial. Custódia do preso provisório. Questão da prisão e o Presidente da República.
- 4.4 O sistema constitucional de prisão e liberdade.
- 4.5 O sistema de prisão e liberdade do Código de Processo Penal após a Lei nº 12.403/11.
 - 4.5.1 Teoria geral das medidas cautelares no processo penal.
- 4.6 Prisão em flagrante;
- 4.7 Prisão temporária;
- 4.8 Prisão preventiva;

UNIDADE V – LIBERDADE. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS OU SUBSTITUTIVAS À PRISÃO.

- 5.1 Prisão ilegal x prisão desnecessária. O relaxamento da prisão e a restituição da liberdade.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal. São Paulo: Saraiva, 2014.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli. Curso de Processo Penal. São Paulo: Atlas, 2014.

RANGEL, Paulo. Direito Processual Penal. São Paulo: Atlas, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GRECO FILHO, Vicente. Manual de Processo Penal. São Paulo: Saraiva, 2009.

JARDIM, Afrânio Silva. Direito Processual Penal. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

JESUS, Damásio Evangelista de. Código de Processo Penal Anotado. São Paulo: Saraiva, 2014.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. Processo Penal. São Paulo: Atlas, 2007.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo Penal. São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. Código de Processo Penal Comentado. São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. Prática de Processo Penal. São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. Manual de Processo Penal. São Paulo: Saraiva, 2009.

REIS, Alexandre Cebrian Araújo; GONÇALVES, Vitor Eduardo Rios. Direito processual penal esquematizado. São Paulo: Saraiva, 2014.

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DO PROCESSO CIVIL

EMENTA

Tutela cautelar: O Poder Geral de Cautela. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e de jurisdição voluntária, na legislação codificada e na legislação extravagante. Juizados Especiais Cíveis.

<p>ÁREA/EIXO/NÚCLEO Processo Civil</p>	<p>COMPETÊNCIA (S) Aprimorar os conceitos gerais dos temas da ementa em comento. Trazer a lume as correntes doutrinárias e jurisprudenciais divergentes acerca dos institutos. Despertar nos discentes a importância da disciplina para o exercício profissional. Facilitar aos discentes a manipulação dos conceitos e aspectos técnicos da disciplina. Realizar estudo sistemático, numa perspectiva teórica capaz de estruturar racionalmente e logicamente os conteúdos processuais abordados.</p>	<p>HABILIDADES Trazer aos discentes uma abordagem específica e completa das ações judiciais de procedimentos especiais, bem como sobre o poder geral de cautela, com vistas às alterações ocorridas no Novo Código de Processo Civil, a fim de possibilitar ao aluno uma segura atuação prática, bem como dotá-lo de um arcabouço teórico sólido e eficaz, sem se descuidar de uma reflexão crítica e construtiva dos temas abordados.</p>
--	---	---

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Tutela Cautelar: Conceito, características, Requisitos e competência.

O Poder Geral de Cautela: Tutela Cautelar de Urgência.

O Poder Geral de Cautela: Tutela Cautelar requerida em caráter antecedente.

Procedimentos Especiais: Ação de Consignação em Pagamento.

Procedimentos Especiais: Ação de Exigir Contas.

Procedimentos Especiais: Ações Possessórias.

Procedimentos Especiais: Inventário, Partilha e Arrolamento.

Procedimentos Especiais: Embargos de Terceiro e Oposição.

Procedimentos Especiais: Ação Monitória.

Procedimentos Especiais: Ação de Despejo.

Procedimentos Especiais: Ações de Família.

Procedimentos Especiais: Da Interdição.

Procedimentos Especiais: Juizados Especiais.

REFERÊNCIAS

Bibliografia Básica:

MONTENEGRO FILHO, Misael. Curso de direito processual civil. São Paulo: Atlas, 2007. V. 3.
THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil: procedimentos especiais. 37 ed. Rio de Janeiro, Forense, 2006, v. 3.
THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil: execução e processo cautelar. 38 ed. Rio de Janeiro, Forense, 2005, v. 2.

Bibliografia Complementar:

CUNHA, Leonardo José Carneiro da. A fazenda pública em juízo. São Paulo: Dialética, 2006.
GRECO FILHO, Vicente. Direito processual civil brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2006, V. 3.
SANTOS, Ernane Fidélis dos. Manual de direito processual civil: execução e processo cautelar: emendas. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2002, v. 2.
SILVA, Ovídio Baptista da. Procedimentos especiais: exegese do Código de Processo Civil. Rio de Janeiro: Aide, 1989.
WAMBIER, Luiz Rodrigues (Coord.). Curso avançado de processo civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. V. 3.

DIREITO DO CONSUMIDOR

EMENTA

Aspectos históricos. Fundamentos do Direito do Consumidor. Conceitos básicos. Política Nacional de Relações de Consumo. Direitos Básicos do Consumidor. Qualidade de produtos e serviços, prevenção e reparação de danos. As práticas comerciais e a proteção contratual. Sanções Administrativas e infrações penais. Defesa do consumidor em juízo.

<p>ÁREA/EIXO/NÚCLEO 60103000 Direito Privado</p>	<p>COMPETÊNCIA (S)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compreender, interpretar, argumentar e aplicar o Direito. • Pesquisar a legislação, a jurisprudência e a doutrina para aplicação e produção criativa do Direito. • Dominar a técnica jurídica. 	<p>HABILIDADES</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacidade de compreensão, interpretação, argumentação e aplicação do Direito. • Capacidade de pesquisa da dogmática, da jurisprudência e da doutrina, para aplicação e produção criativa do Direito. • Capacidade de dominar a técnica jurídica, nunca deixando de integrar teoria e prática.
---	---	---

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I:

- 1- Direito do Consumidor:
 - 1.1- Antecedentes Históricos
 - 1.2- Evolução da defesa do consumidor
 - 1.3- Enfoque constitucional
 - 1.4- Código do Consumidor:
 - 1.4.1- Visão geral do Código;
 - 1.4.2- A base constitucional do Código;
 - 1.4.3- A base doutrinária do Código;
 - 1.4.4- Disposições gerais;
 - 1.4.5- Política Nacional das relações de consumo.

UNIDADE II

- 2- Direito das relações de consumo:
 - 2.1- Aspectos jurídicos da relação de consumo;
 - 2.2- Conceito de consumidor;
 - 2.3- Conceito de fornecedor;
 - 2.4- Conceito de produto;
 - 2.5- Conceito de serviço.

UNIDADE III

- 3- Direitos básicos do consumidor:
 - 3.1- Princípios da relação de consumo;
 - 3.2- Proteção da Vida, da saúde e da segurança;
 - 3.3- Educação do consumidor;
 - 3.4- Informação sobre produtos e serviços;
 - 3.5- Publicidade enganosa e abusiva, práticas comerciais condenáveis;
 - 3.6- Cláusulas contratuais abusivas;
 - 3.7- Prevenção e reparação de danos individuais e coletivos, o acesso à justiça;
 - 3.8- A inversão do ônus da prova;
 - 3.9- Prestação de serviços públicos

UNIDADE IV

- 4. Qualidade de produtos e serviços prevenção e reparação de danos.
 - 4.1- Riscos à saúde e à segurança.
 - 4.2- Nocividade, periculosidade.
 - 4.3- Relação de consumo e de responsabilidade.
 - 4.4- A responsabilidade por fato e por vício.
 - 4.5- Decadência e Prescrição,
 - 4.6- Desconsideração da personalidade jurídica

UNIDADE V

- 5. Práticas Comerciais.
 - 5.1- Conceito de consumidor para as práticas comerciais
 - 5.2- A oferta de produtos ou serviços
 - 5.3- Publicidade enganosa e abusiva
 - 5.4- Práticas abusivas
 - 5.5- Cobranças de dívidas de consumo
 - 5.6- Banco de dados e cadastro de consumidores.

UNIDADE VI

- 6. Proteção Contratual.
 - 6.1- Contrato de adesão
 - 6.2- Controle das Cláusulas gerais dos contratos
 - 6.3- Proteção contra cláusulas abusivas

UNIDADE VII

7. Sanções Administrativas e Infrações Penais.

7.1- Modalidades de sanções Administrativas.

7.2- Graduação da multa

7.3- Fundos especiais

7.4- Procedimento administrativo

7.5- A defesa do consumidor no âmbito penal: Circunstâncias agravantes e penas de multas

UNIDADE VIII

8. Defesa do Consumidor em Juízo

8.1- Tutela Jurisdicional dos direitos e interesses do consumidor

8.2- Tutela individual dos consumidores

8.3- Tutela coletiva dos consumidores

8.4- Legitimação para agir

8.5- A coisa julgada nas ações coletivas

UNIDADE IX

9. Sistema de Defesa do Consumidor

9.1- Instrumentos do sistema: competência dos órgãos integrantes do SNDC

9.2- Convenção coletiva de consumo: conceito, objeto, natureza jurídica, condições e requisitos

REFERÊNCIAS**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

ALMEIDA, João Batista de. A proteção jurídica do consumidor. 2.ed.. São Paulo: Saraiva, 2000.

MARQUES, Cláudia Lima. Contratos no Código de Defesa do Consumidor. Revista dos Tribunais. 4ª edição. São Paulo. 2004

RIZZATTO, Nunes. Curso de Direito do Consumidor. São Paulo. Saraiva. 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Periódico Capes.

DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO II**EMENTA**

Estabelecer a realidade prática do STN no Brasil, abordando os tributos em espécie, com base na Carta Magna de 1988 e no CTN. Garantias e Privilégios do Crédito Tributário. Processo Administrativo e Processo Judicial Tributário.

ÁREA/EIXO/NÚCLEO
CIÊNCIAS SOCIAIS
APLICADAS/ CIÊNCIA
JURÍDICA/ DIREITO
PÚBLICO/

COMPETÊNCIA (S)

Entender os impostos descritos nos artigos 153 a 156 da CF de 1988, além da estrutura aplicativa das taxas, empréstimos compulsórios, contribuições sociais e contribuições de melhoria, além dos mecanismos para entender a fazenda pública em juízo e os mecanismos de defesa. Entender cada um dos impostos federais, estaduais e municipais, as garantias e privilégios do crédito tributário, o processo administrativo e o processo judicial.

HABILIDADES

Apreender o uso da Carta Magna de 1988 frente as ações fiscais.
Avaliar e confrontar critérios técnico-legislativos frente as ações práticas esperadas.
Avaliar a prática em confronto com a teoria, criticamente.
Chocar normas constitucionais frente as infraconstitucionais.
Chocar o CTN frente a Carta Magna de 1988.
Aplicar a legislação a casos concretos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

I UNIDADE

1. REPARTIÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS.
2. GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO: O CTN X A CF De 1988.
3. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA.
4. DÍVIDA ATIVA E PROCESSO DE INSCRIÇÃO DOS DEVEDORES.
5. IMPOSTOS FEDERAIS.
 1. Imposto de importação
 2. Imposto de exportação
 3. Imposto sobre produtos industrializados
 4. Imposto sobre operações financeiras
 5. Imposto territorial rural
 6. Imposto sobre a renda

II UNIDADE

5. IMPOSTOS ESTADUAIS.
 - 5.1. Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços.
 - 5.2. Imposto sobre a transmissão causa mortis e doação
 - 5.3. Imposto sobre a propriedade de veículos automotivos
 6. IMPOSTOS MUNICIPAIS.
 - 6.1. Imposto sobre serviços.
 - 6.2. Imposto predial territorial urbano.
 - 6.3. Imposto sobre a transmissão de bens imóveis
 7. PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES
 - 7.1. Federais.
 - 7.2. Estaduais e do DF.
 - 7.3. Municipais e do DF.
 8. TAXAS
 9. EMPRÉSTIMOS COMPULSÓRIOS
 10. CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA.
 11. PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO.
- PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- AMARO, Luciano. Direito Tributário Braileiro. São Paulo: Saraiva, 2005.
CARVALHO, Paulo de Barros: Curso de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva, 2003.
HARADA, Kiyoshi. Direito Financeiro e Tributário. São Paulo: Atlas, 2010.
MARTINS, Sérgio Pinto: Manual de direito tributário. São Paulo: Atlas, 2003.
OLIVEIRA, Regis Fernandes de. Curso de Direito Financeiro. São Paulo: RT, 2010.
TORRES, Ricardo Lobo. Curso de Direito Financeiro e Tributário. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- ALEXANDRINO, Marcelo e PAULO, Vicente. Direito Tributário na Constituição e no STF. Niterói: Impetus, 2007.
BALEEIRO, Aliomar: Direito Tributário Brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1997.
BORGES, José Souto Maior. Lei Complementar Tributária. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 1975.
COELHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de Direito Tributário Brasileiro. Rio de Janeiro: Forense, 2007.
COLNAGO, Rodrigo. Direito Financeiro e Econômico (perguntas e respostas). São Paulo: Saraiva, 2009.
ICHIHARRA, Yoshiaki. Direito Tributário. São Paulo: Atlas, 2007.
MARTINS, Ives Gandra da Silva: Curso de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva, 2003.
_____. (Coord.): Direitos fundamentais do contribuinte. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.
PASCOAL, Valdecir. Direito Financeiro e Controle Externo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
VELLOSO, Andrei Pitten. Constituição Tributária Interpretada. São Paulo: Atlas, 2007.

Ementas das disciplinas do 8º Período:

DIREITO URBANÍSTICO E AMBIENTAL

EMENTA

Noções Introdutórias do Direito Ambiental; Consciência ecológica e educação ambiental. Ética ambiental e cidadania. Visões sobre o ambiente; Legislação Internacional Ambiental: Declaração de Estocolmo, PNUMA, Rio 92; Princípios em matéria ambiental; Fontes do Direito Ambiental; Autonomia do Direito Ambiental; Relação do Direito Ambiental com outros ramos do Direito. Constituição Federal e Meio Ambiente: comentários sobre as normas constitucionais específicas, gerais e de competência; Sistema Nacional de Meio Ambiente: estrutura, órgãos e competências; Política Nacional de Meio ambiente (Lei nº 6.938/1981): instrumentos da PNMA; Prevenção e Reparação do Dano Ambiental: aspectos e teorias. Crimes Ambientais; Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/10) e o Código Florestal (Lei nº 12.651); Noções Gerais de Direito Urbanístico: conceitos principais e princípios; Da Ordenação, do Uso e da Ocupação do Solo Urbano. Do Parcelamento Urbanístico do Solo (Lei nº 6.766/1979); Instrumentos de atuação urbanística. Dos instrumentos de controle urbanístico.

ÁREA/EIXO/NÚCLEO
CIÊNCIAS SOCIAIS
APLICADAS/ CIÊNCIA
JURÍDICA/ DIREITO
PÚBLICO/

COMPETÊNCIA (S)
- Compreender, interpretar, argumentar e aplicar o Direito Urbanístico e Ambiental.
- Pesquisar a legislação, a jurisprudência e a doutrina para aplicação e produção criativa do respectivo ramo do direito.
- Dominar a técnica jurídica.

HABILIDADES

- Capacidade de compreensão, interpretação, argumentação e aplicação do Direito Urbanístico e Ambiental.
- Capacidade de pesquisa da dogmática, da jurisprudência e da doutrina, para aplicação e produção criativa do Direito Urbanístico e Ambiental.
- Capacidade de dominar a técnica jurídica, nunca deixando de integrar teoria e prática.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Consciência ecológica e educação ambiental. Ética ambiental e cidadania. Lei nº 9.795/1999. Visões sobre o ambiente;
2. Princípios do Direito Ambiental. Legislação Internacional Ambiental: Declaração de Estocolmo, PNUMA, Rio 92; Fontes do Direito Ambiental;
3. Autonomia do Direito Ambiental; Relação do Direito Ambiental com outros ramos do Direito.
4. Constituição Federal e Meio Ambiente: comentários sobre as normas constitucionais específicas, gerais e de competência;
5. Sistema Nacional de Meio Ambiente: estrutura, órgãos e competências;
6. Política Nacional de Meio ambiente (Lei nº 6.938/1981): instrumentos da PNMA;
7. Prevenção e Reparação do Dano Ambiental: aspectos e teorias.
8. Crimes Ambientais;
9. Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/10) e o Código Florestal (Lei nº 12.651);
10. Noções Gerais de Direito Urbanístico: conceitos principais e princípios;
11. Da Ordenação, do Uso e da Ocupação do Solo Urbano.
12. Do Parcelamento Urbanístico do Solo (Lei nº 6.766/1979);
13. Instrumentos de atuação urbanística.
14. Dos instrumentos de controle urbanístico.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito ambiental. 8. ed. rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2005.

_____. Jurisprudência ambiental brasileira. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 1995.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Manual de Direito Ambiental e Legislação aplicável. São Paulo: Max Limonad, 1997.

MACHADO, Paulo Afonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. 9. ed. rev., atual. e ampl.. São Paulo: Malheiros, 2001.

MILARÉ, Edis. Direito do ambiente: doutrina, jurisprudência, glossário. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

SILVA, José Afonso da. Direito Ambiental Constitucional. São Paulo: Malheiros, 1994.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. Manual de Direito Ambiental. São Paulo: Saraiva, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Ruben Morato (Orgs.). Direito constitucional ambiental. Curitiba: Juruá, 2007.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Curso de direito ambiental brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2002.

FREITAS, Vladimir Passos de; FREITAS, Gilberto Passos de. Crimes contra a natureza. 6. ed. São Paulo: RT, 2000.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

EMENTA: A ordem jurídica internacional: sujeitos e fontes. O exercício da nacionalidade e da condição jurídica do Estrangeiro no Brasil. A solução pacífica das controvérsias internacionais, com ênfase no Direito Internacional do Meio Ambiente. Aplicação dos institutos do asilo e do refúgio.

ÁREA/EIXO/NÚCLEO DIREITO/PROFISSIONAL/PÚBLICO	COMPETÊNCIA (S)	HABILIDADES
	<p>Estudar e desenvolver uma análise crítica e prática do Direito Internacional Público. Analisar o papel dos sujeitos do Direito Internacional Público. Compreender o tratamento aos nacionais e estrangeiros, asilados e refugiados. Entender a solução dos conflitos internacionais, especialmente sobre o meio ambiente.</p>	<p>Compreensão de textos doutrinários e jurisprudência. Análise crítica sobre as fontes e os sujeitos do Direito Internacional Público. Compreensão os conflitos internacionais e os meios de solução. Entender o direito internacional do meio ambiente. Argumentação racional. Aprimoramento da expressão ora e escrita.</p>

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Ordem jurídica internacional: conceitos, princípios e fundamentos.
2. Fontes: primárias e auxiliares.
3. Direito dos Tratados.
4. Sujeitos do Direito Internacional Público.
5. Estado.
6. Organizações Internacionais.
7. Nacionalidade.
8. Condição Jurídica do Estrangeiro.
9. Asilo e Refúgio.
10. Domínio Público Internacional: mar, espaço aéreo e extra-atmosférico.
11. Soluções de controvérsias internacionais.
12. Responsabilidade Internacional.
13. Proteção internacional do meio ambiente: conferências internacionais, evolução do direito internacional ambiental.

REFERÊNCIAS

BÁSICA:

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Curso de Direito Internacional Público, 10 ed. São Paulo: RT, 2016.
PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. Direito Internacional Público e Privado. Incluindo noções de Direitos Humanos e Direito Comunitário, 8 ed. Salvador: Jus Podivum, 2016.
REZEK, José Francisco. Direito Internacional Público 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

COMPLEMENTAR

CASELLA, Paulo Borba; SILVA, Geraldo E. Do Nascimento e; ACCIOLY, Hidelbrando. Manual de Direito Internacional Público, 22 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
HUSEK, Carlos Roberto. Curso de Direito Internacional Público, 13 ed. São Paulo: LTR, 2015.
NASSER, Salem Hikmat. Fontes e Normas do Direito Internacional: um estudo sobre a Soft Law. São Paulo: Atlas, 2005.
TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. Direito das Organizações Internacionais, 4. ed. São Paulo: Del Rey, 2009.
RUIZ, José Juste; DAUDÍ, Mireya Castillo. La protección del medio ambiente en el ámbito Internacional y en la Unión Europea. Valencia: Tirant lo Blanch, 2014.

MEDICINA LEGAL

EMENTA

Introdução ao Estudo da Medicina Legal; A aplicabilidade da Medicina na prática do Direito Penal; Conhecimentos da Traumatologia, Toxicologia, Tanatologia e Sexologia Forense. Psicologia e Psiquiatria forense.

ÁREA/EIXO/NÚCLEO	COMPETÊNCIA (S)	HABILIDADES
Area Interdisciplinar	<ul style="list-style-type: none">- Compreender, e aplicar os conteúdos da Medicina Legal.- Pesquisar a legislação, a jurisprudência e a doutrina para aplicação e produção criativa da Medicina Legal no direito.	<ul style="list-style-type: none">• Capacidade de compreensão, interpretação, argumentação e aplicação da Medicina Legal.• Capacidade de pesquisa da dogmática, da jurisprudência e da doutrina, para aplicação e produção criativa da Medicina Legal.• Capacidade de dominar a técnica jurídica, nunca deixando de integrar teoria e prática.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

PONTO 1. Introdução ao Estudo da Medicina Legal. Conceito, Função e Objetivos da Medicina Legal. A Relação entre Medicina Legal e as Ciências Jurídicas e, em especial, às ciências criminais (Direito Penal, Processo Penal e Criminologia).

PONTO 2. Identificação médico-legal: Perícia e Peritos: Local; requisição; objeto; divergência entre peritos, perícia contraditória. Identificação médico-legal (físico): raça; sexo; estatura; idade; dentição; machas; sinais individuais; sinais profissionais; DNA (perfil). Datiloscopia: Sistemas Decadatilares. Sistema Monodátilar.

PONTO 3. Traumatologia Forense: Classificação médico-legal da causalidade do dano. Energia: física, mecânica, química, físico-química. Instrumentos perfurantes: Lesões. Caracteres. Instrumentos Cortantes: Lesões. Caracteres. Identificação genérica, específica, individual. Feridas de defesa. Esgorjamento. Degolamento. Decapitação. Instrumentos Contundentes: escoriações, equimoses, lesões produzidas por instrumentos contundentes. Instrumentos Corto-contundentes. Instrumentos Pérfuro-contundentes. Comoção cerebral. Comoção Medular. Choque. Coma. Inibição cardíaca. Hemorragia. Embolia. Armas de fogo. Lesões Corporais (art. 29 CP): leve, grave e gravíssima. Lesões mortais.

PONTO 4. Tanatologia Forense: Destino dos cadáveres. Inumação. Exumação. Cremação. Embalsamento. Imersão. Ossários. Destruição por animais. Mastabas. Pirâmides. Lipogeus. Fenômenos Cadavéricos. Tanatognose. Rigidez cadavérica. Putrefação. Maceração. Mumificação. Saponificação.

PONTO 5. Toxicologia Forense: Envenenamento. Embriaguez alcoólica. Psicotrópicos.

PONTO 6. Sexologia Forense: Perícia na conjunção carnal. Estupro e Estupro de Vulnerável. Atos libidinosos diversos da Conjunção Carnal. Problemas Periciais. Fecundação. Gravidez. Parto. Aborto legal e criminoso. Infanticídio. Investigação da paternidade e da maternidade. Impedimentos matrimoniais. Aberrações sexuais. Suicídio.

PONTO 7. Psicologia e Psiquiatria forense: Conceitos: Psicologia. Psiquiatria. Neurologia. Psicanálise. Psicoses. Oligofrenias. Neuroses. Personalidades psicopatas. Demência senil. Epilepsia. Paranoia. Parafrenia.

REFERÊNCIAS

Bibliografia Básica:

BENFICA, Francisco Silveira; VAZ, M. Medicina legal. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.
CROCE, Delton; CROCE JÚNIOR, Delton. Manual de medicina legal. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
GALVÃO, Luis Carlos Cavalcante. Medicina Legal. 1ª ed. São Paulo: Editora Santos, 2008.
GOMES, Hélio. Medicina Legal. 33ª ed. Freitas Bastos Editora. Rio de Janeiro, 2008.

Bibliografia Complementar:

CARDOSO, Leonardo Mendes. Medicina Legal para o Acadêmico de Direito. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2009.
FRANÇA, Genival Veloso de. Medicina legal. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.
FREIRE, José Josefran Berto. Medicina Legal: Fundamentos Filosóficos. 1ª Ed. São Paulo: Editora Leud, 2010.
HERCULES, Hygino de C. Medicina Legal – Texto e Atlas. São Paulo: Editora Atheneu, 2005.
MARANHÃO, Odon Ramos. Curso Básico de Medicina Legal. 8ª ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2005.

LABORATÓRIO DE PRÁTICA CIVIL

EMENTA

Orientação de estágio. Estatuto da OAB. Direito Civil – Parte Geral, Obrigações, Contratos, Coisas e Responsabilidade Civil. Direito Processual Civil – Procedimento Comum Ordinário. Procedimento Sumário. Procedimentos especiais do CPC e Legislação extraordinária. Petição inicial e respostas. Tutela de urgência e evidência.

ÁREA/EIXO/NÚCLEO	COMPETÊNCIA (S)	HABILIDADES
60103019 Direito Civil	<ul style="list-style-type: none">• Compreender, interpretar, argumentar e aplicar o Direito.• Pesquisar a legislação, a jurisprudência e a doutrina para aplicação e produção criativa do Direito.• Dominar a técnica jurídica.	<ul style="list-style-type: none">• Capacidade de compreensão, interpretação, argumentação e aplicação do Direito.• Capacidade de pesquisa da dogmática, da jurisprudência e da doutrina, para aplicação e produção criativa do Direito.• Capacidade de dominar a técnica jurídica, nunca deixando de integrar teoria e prática.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Petição inicial
2. Contestação
3. Reconvencção
4. Exceção de incompetência
5. Apelação
6. Agravo de instrumento
7. Embargos de declaração
8. Cumprimento de sentença
9. Ação de execução
10. Embargos de terceiros

REFERÊNCIAS

ARAÚJO JÚNIOR, Gediel Claudino de. Prática no Processo Civil. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 770p.

MONTENEGRO FILHO, Misael. Processo Civil – Técnica e Procedimentos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 492p.

OLIVEIRA, Frederico Abrahão de. Processo Civil Prática Forense. São Paulo: Nota Dez, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Periódico Capes.

LABORATÓRIO DE PRÁTICA PROCESSUAL PENAL

EMENTA

A disciplina propõe a apresentação e o estudo da prática processual penal, abrangendo assim todas as peças processuais vivenciadas e aplicáveis nas diversas ações penais, desde a fase extrajudicial até a execução da pena.

ÁREA/EIXO/NÚCLEO	COMPETÊNCIA (S)	HABILIDADES
	Visualizar a técnica profissional, raciocínio e interpretação jurídica empregadas nas redações das peças processuais enfrentadas pela advocacia criminalista e suas implicações no universo jurídico, especialmente no que pertine à necessidade de refreamento das violações perpetradas contra o ordenamento vigente, proporcionando-lhes, por intermédio do estudo e da pesquisa, permeado pela apreciação de casos práticos, a compreensão acerca da prática processual penal na elucidação e combate efetivo e justo à micro e macrocriminalidade	Instrumentalizar os meios que orientem os discentes e que lhes permitam o entendimento sobre os aspectos práticos do direito processual penal, desenvolvido para o exercício da persecução criminal ou da ampla e efetiva defesa do acusado; Analisar cada peça processual prevista para cada procedimento criminal ou fase do processo penal; Demonstrar as consequências concretas de cada petição penal, destacando a técnica processual; Abordar aspectos controversos (doutrinários e jurisprudenciais) sobre as peças estudadas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1 - Prática penal extraprocessual:
 - 1.1 - Requerimentos e representação ao delegado;
- 2 - Prática processual de acusação:
 - 2.1 - Denúncia e denúncia substitutiva;
 - 2.2 - Queixa-crime e queixa-crime substitutiva;
3. Prática processual defensiva:
 - 3.1 - Questões e processos incidentes;
 - 3.2 - Defesa Preliminar;
 - 3.2.1 - Resposta à acusação;
 - 3.2.2 - Alegações finais;
 - 3.2.3 - Habeas corpus;
 - 3.2.4 - Relaxamento e revogação de prisão;
 - 3.2.5 - Pedido de liberdade provisória com ou sem fiança;
 - 3.2.6 - Revisão criminal;
 - 3.2.7 - Mandado de segurança em matéria criminal;
- 4 - Prática processual recursal:
 - 4.1 - Apelação;
 - 4.2 - Recurso em sentido estrito;
 - 4.3 - Embargos de declaração com ou sem efeitos infringentes;
 - 4.4 - Embargos de divergência e de nulidade;
 - 4.5 - correição parcial;
 - 4.6 - Agravo de execução;
 - 4.7 - Recurso especial e extraordinário;
 - 4.8 - Recurso ordinário constitucional;
- 5 - Prática processual da execução penal:
 - 5.1 - Progressão do regime de pena;
 - 5.2 - Livramento condicional;
 - 5.3 - Remição e detração da pena privativa de liberdade;
 - 5.4 - Reabilitação.

REFERÊNCIAS

Básica

- NUCCI, Guilherme de Souza. Prática Forense Penal. 2ª ed. São Paulo: RT.
- SHIDA, Valter Kenji. Prática Jurídica Penal. 2ª ed. São Paulo: Atlas.
- TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Prática de Processo Penal. São Paulo: Saraiva.

Complementar

- SILVA, Luiz Cláudio. Manual Prático do Advogado Criminalista. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense.
- MESSA, Ana Flávia. Prática Penal para Exame da OAB. São Paulo: Atlas.
- CAPEZ, Fernando. Prática Forense Penal. 2ª ed. São Paul: Saraiva.
- MARCÃO, Renato. Curso de execução penal. 7ª ed. São Paulo: Saraiva. 2009.
- SOUZA, Sérgio Ricardo de, Manual de processo penal constitucional: pós reforma de 2008. Rio de Janeiro. Forense, 2008.

LABORATÓRIO DE PRÁTICA TRABALHISTA

EMENTA: Estudos e atividades práticas do Direito Processual Trabalhista segundo as suas diversas ações e procedimentos.

ÁREA/EIXO/NÚCLEO DIREITO/PROFISSIONAL/PÚBLICO	COMPETÊNCIA (S) Desenvolver uma visão panorâmica prática para resolução de conflitos trabalhistas.	HABILIDADES Desenvolver elementos para compreensão adequada das regras que regem as regras processuais e materiais na Justiça do Trabalho; Analisar peças processuais trabalhistas; Redigir peças processuais trabalhistas.
--	--	---

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Procuração expressa, tácita e apud acta.
2. Petição Inicial a. Rito ordinário – CLT, 841. b. Rito sumaríssimo – CLT, 852.
3. Defesa do Réu
4. Recursos Trabalhistas

REFERÊNCIAS

BÁSICA:

- CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa; JORGE NETO, Francisco Ferreira. Prática Trabalhista. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
 CORTEZ, Julpiano Chaves. Cálculos Trabalhistas. 18. ed. São Paulo: LTr, 2016.
 MARTINS, Sérgio Pinto. Prática Trabalhista. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

COMPLEMENTAR

- LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de Direito do Trabalho. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
 PEREIRA, Leone; ORSI, Renata; SCARLERCIO. CLT ORGANIZADA. 3. ed. São Paulo: RT, 2016
 NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Direito Sindical. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

LABORATÓRIO DE PRÁTICA EMPRESARIAL

EMENTA

Orientação de estágio. Estatuto da OAB. Direito Empresarial – Sociedade, Propriedade Industrial, Títulos de Créditos, Contratos Mercantis, Falência e Recuperação de Empresas – Procedimento Comum e Procedimentos especiais do CPC e Legislação extraordinária. Petições.

<p>ÁREA/EIXO/NÚCLEO 60103027 Direito Empresarial</p>	<p>COMPETÊNCIA (S)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compreender, interpretar, argumentar e aplicar o Direito. • Pesquisar a legislação, a jurisprudência e a doutrina para aplicação e produção criativa do Direito. • Dominar a técnica jurídica. 	<p>HABILIDADES</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacidade de compreensão, interpretação, argumentação e aplicação do Direito. • Capacidade de pesquisa da dogmática, da jurisprudência e da doutrina, para aplicação e produção criativa do Direito. • Capacidade de dominar a técnica jurídica, nunca deixando de integrar teoria e prática.
<p>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Mandado de Segurança 2. Ação de Obrigação de Fazer/Não fazer 3. Ação Renovatória 4. Ação de Nulidade de Marca e Patente 5. Ação de Execução 6. Ação Monitória 7. Dissolução de Sociedade 8. Pedido de Falência 9. Habilitação de Crédito 10. Pedido de Restituição 		
<p>REFERÊNCIAS</p> <p>ARAÚJO JÚNIOR, Gediel Claudino de. Prática no Processo Civil. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>MONTENEGRO FILHO, Misael. Processo Civil – Técnica e Procedimentos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.</p> <p>OLIVEIRA, Frederico Abrahão de. Processo Civil Prática Forense. São Paulo: Nota Dez, 2011.</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: Periódico Capes.</p>		

Ementas das disciplinas do 9º Período:

DIREITOS HUMANOS

EMENTA: Estudos da evolução e aplicação dos Direitos Humanos nos sistemas internacionais e regionais. A participação do Brasil nos sistemas internacional e regional de proteção dos direitos humanos.

<p>ÁREA/EIXO/NÚCLEO DIREITO/PROFISSIONAL/PÚBLICO</p>	<p>COMPETÊNCIA (S) Desenvolver uma visão crítica e prática da evolução dos direitos humanos, passando pela proteção internacional, regional e nacional dos Direitos Humanos.</p>	<p>HABILIDADES Desenvolver elementos para compreensão adequada dos Direitos Humanos. Entender a evolução dos direitos humanos. Avaliar a participação do Brasil no sistema internacional e regional de proteção dos direitos humanos. Analisar o funcionamento dos Sistemas Internacional e regionais de proteção dos direitos humanos; do Tribunal Penal Internacional e do Direito Humanitário.</p>
<p>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Afirmação histórica dos Direitos humanos: origem, características, gerações e desenvolvimento histórico. 2. Universalismo e relativismo. 3. A constitucionalização dos direitos humanos 4. Tratados Internacionais dos Direitos Humanos e o ordenamento jurídico brasileiro. 5. Controle de Convencionalidade. 6. Sistema Internacional de Proteção aos Direitos Humanos 7. Principais documentos internacionais de proteção aos direitos humanos. 8. Mecanismos Internacionais de monitoramento e proteção dos direitos humanos no sistema global. 9. Sistema Europeu de Direitos Humanos 10. Sistema Africano de Direitos Humanos 11. Sistema Interamericano de Direitos Humanos 12. O Brasil e a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos. 13. Direito Internacional Humanitário 14. Tribunal Penal Internacional 15. Grupos vulneráveis e minorias 		

REFERÊNCIAS

BÁSICA:

COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos, 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

MAZZUOLI. Valério de Oliveira. Curso de Direito Internacional Público, 10 ed. São Paulo: RT, 2016.

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o direito constitucional internacional, 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

COMPLEMENTAR

FRANCH, Valentín Bou; DAUDÍ, Mireya Castillo. Derecho Internacional de los Derecho Humanos y Derecho Internacional Humanitario. Valencia: Tirant, 2014.

GOMES, Luiz Flávio e MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Comentários à convenção americana sobre direitos humanos. 4 ed. São Paulo: RT, 2013.

MAZZUOLI. Valério de Oliveira. Curso de Direito Direitos Humanos, 2 ed. São Paulo: RT, 2015.

PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. Direito Internacional Público e Privado. Incluindo noções de Direitos Humanos e Direito Comunitário, 8 ed. Salvador: Jus Podivum, 2016.

RAMOS, Andre de Carvalho. Curso de Direitos Humanos, 3 ed, São Paulo: Saraiva, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa; CHAUI, Marilena. Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2014.

WEIS, Carlos. Direitos Humanos Contemporâneo, 3 ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

RESPONSABILIDADE CIVIL

EMENTA

Estrutura e funções da responsabilidade civil. Responsabilidade extracontratual subjetiva. Dano patrimonial e dano moral. Responsabilidade extracontratual objetiva. Excludentes de responsabilidade civil. Responsabilidade Contratual.

ÁREA/EIXO/NÚCLEO	COMPETÊNCIA (S)	HABILIDADES
60103019 Direito Civil	<ul style="list-style-type: none">• Compreender, interpretar, argumentar e aplicar o Direito.• Pesquisar a legislação, a jurisprudência e a doutrina para aplicação e produção criativa do Direito.• Dominar a técnica jurídica.	<ul style="list-style-type: none">• Capacidade de compreensão, interpretação, argumentação e aplicação do Direito.• Capacidade de pesquisa da dogmática, da jurisprudência e da doutrina, para aplicação e produção criativa do Direito.• Capacidade de dominar a técnica jurídica, nunca deixando de integrar teoria e prática.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Estrutura e funções da responsabilidade civil
A responsabilidade na teoria geral do Direito
Ato ilícito e abuso de direito
Espécies de responsabilidade
Pressupostos da responsabilidade civil
Responsabilidade extracontratual subjetiva
Conduta culposa
Culpa e suas espécies
Imputabilidade, capacidade e responsabilidade
Nexo causal e teorias
Dano patrimonial e dano moral
Dano emergente
Lucros cessantes
Configuração e arbitramento do dano moral
Responsabilidade extracontratual objetiva
A teoria do risco
Modalidades de risco
Hipóteses de responsabilidade objetiva no ordenamento jurídico brasileiro
Excludentes de responsabilidade civil
Legítima defesa exercício regular de um direito e estado de necessidade
Fato da vítima: exclusivo ou concorrente
Fato de terceiro
Caso fortuito e força maior
Responsabilidade Contratual
Pressupostos da responsabilidade contratual
Inexecução do contrato
Inadimplemento e mora
Juros de mora e cláusula penal

REFERÊNCIAS

GAGLIANO, Pablo Stolze e PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil: Responsabilidade Civil. São Paulo : Saraiva.
GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil: Responsabilidade Civil. São Paulo : Saraiva.
VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil: Responsabilidade Civil. São Paulo : Atlas.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Periódico Capes.

LABORATÓRIO DE PRÁTICA CONSTITUCIONAL

EMENTA

Teoria da Constituição. Jurisdição e acesso à Justiça. Princípios constitucionais do processo. Controle de constitucionalidade e seus instrumentos processuais específicos.

ÁREA/EIXO/NÚCLEO	COMPETÊNCIA (S)	HABILIDADES
	Estudar o Direito Constitucional e o Direito Processual Constitucional a partir problemas simulados ou reais, integrando os instrumentos teóricos do direito à sua prática.	Instrumentalizar os meios que orientem os discentes e que lhes permitam o entendimento sobre os aspectos práticos do direito constitucional, desenvolvido para o exercício da prática jurídica.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Pareceres Consultivos
2. Recursos Administrativos
3. Impugnação a edital
4. Ação Civil Pública
5. Ação Civil de Improbidade Administrativa
6. Ação Popular
7. Habeas Data
8. Mandado de Segurança Individual
9. Mandado de Segurança Coletivo
10. Mandado de Injunção
11. Ação Direta de Inconstitucionalidade por ação e por omissão
12. Ação Declaratória de Constitucionalidade
13. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

REFERÊNCIAS

Básica

- CUNHA, Leonardo Carneiro da. A Fazenda Pública em Juízo. 8 ed. São Paulo: Dialética, 2010.
- MEIRELLES, Hely Lopes, WALD, Arnaldo, MENDES, Gilmar Ferreira. Mandado de segurança e ações constitucionais. 33 ed. São Paulo: Malheiros, 2010.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Pareceres de Direito Administrativo. 1 ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

Complementar

- BARROSO, Luis Roberto. O controle de constitucionalidade no direito brasileiro. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- DIDIER JR, FREDIE (Org.) Ações constitucionais. 5 ed. Salvador: Juspodivm, 2011.
- GARCIA, Emerson; ALVES, Rogério Pacheco. Improbidade Administrativa. 6 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.
- MAZZA, Alexandre, ANDRADE, Flávia Cristina M. de. Prática Administrativa. 2 ed. São Paulo: RT, 2011.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Pareceres de Direito Administrativo. 1 ed. São Paulo: Malheiros, 2011.
- OLIVEIRA, Erival da Silva. Prática Constitucional. 3 ed. São Paulo: RT, 2010.

LABORATÓRIO DE PRÁTICA ADMINISTRATIVA

EMENTA

Princípios do Direito administrativo. Princípios da administração pública. Processo e procedimento. Princípios do processo administrativo. Fases do processo administrativo.

ÁREA/EIXO/NÚCLEO	COMPETÊNCIA (S)	HABILIDADES
	Estudar o Direito Administrativo e o Direito Processual Administrativo partir problemas simulados ou reais, integrando os instrumentos teóricos do direito à sua prática.	Instrumentalizar os meios que orientem os discentes e que lhes permitam o entendimento sobre os aspectos práticos do direito Administrativo, desenvolvido para o exercício da prática jurídica.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

III – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE 1 NOÇÕES PRELIMINARES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

- 1.1 Breve histórico
- 1.2 Direito Público e Direito Privado
- 1.3 Conceito de Direito Administrativo
- 1.4 Regime jurídico administrativo

UNIDADE 2 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- 2.1 Estrutura administrativa
- 2.2 Sentidos da Administração Pública
- 2.3 Órgãos Públicos
- 2.4 Agentes Públicos

UNIDADE 3 PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS

- 3.1 Princípios administrativos expressos
- 3.2 Princípios administrativos reconhecidos

UNIDADE 4 PODERES E DEVERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- 4.1 Poder – Dever
- 4.2 Poderes administrativos
- 4.3 Deveres administrativos

UNIDADE 5 PODER DE POLÍCIA

- 5.1 Conceito de Poder de Polícia
- 5.2 Fundamento e finalidade
- 5.3 Atuação da Administração
- 5.4 Características

UNIDADE 6 ATO ADMINISTRATIVO I

- 6.1 Conceito
- 6.2 Elementos
- 6.3 Características
- 6.4 Mérito administrativo
- 6.5 Formação e efeitos
- 6.6 Classificação

UNIDADE 7 ATO ADMINISTRATIVO II

- 7.1 Espécies (quanto à forma e quanto ao conteúdo).
- 7.2 Extinção do ato administrativo.
- 7.3 Invalidação ou anulação. Revogação.

UNIDADE 8 CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

- 8.1 Contratos administrativos
- 8.2 Características
- 8.3 Espécies
- 8.4 Formalização

UNIDADE 9 CONTRATOS ADMINISTRATIVOS / LICITAÇÃO (LEI Nº 8.666/93)

- 9.1 Execução / Inexecução dos contratos
- 9.2 Extinção do contrato administrativo
- 9.3 Licitação. Conceito / natureza jurídica / objeto
- 9.4 Princípios da licitação

UNIDADE 10 LICITAÇÃO (LEI Nº 8.666/93)

- 10.1 Obrigatoriedade / Dispensa / Inexigibilidade
- 10.2 Modalidades de Licitação
- 10.3 Procedimento

UNIDADE 11 SERVIÇOS PÚBLICOS

- 11.1 Conceito. Classificação.
- 11.2 Princípios
- 11.3 Competência
- 11.4 Meios de prestação do serviço

UNIDADE 12 CONCESSÃO E PERMISSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

- 12.1 Concessão. Procedimento
- 12.2 Permissão. Procedimento

REFERÊNCIAS

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 12. ed. Lumen Júris: Rio de Janeiro, 2005.
CRETELLA JUNIOR, José. Curso de direito administrativo. 18. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.
GASPARINI, Diógenes. Direito administrativo. 9. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2004.
MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 29. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.
MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo. 17. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.
MOREIRA NETO, Diogo Figueiredo. Curso de direito administrativo. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

LABORATÓRIO DE PRÁTICA TRIBUTÁRIA**EMENTA**

Conceito de análise de sistemas. Utilização de software aplicados à Contabilidade e ferramentas de uso geral.

ÁREA/EIXO/NÚCLEO	COMPETÊNCIA (S)	HABILIDADES
	Proporcionar aos discentes, conhecimentos teóricos-práticos da estrutura organizacional de entidades comerciais, industriais ou prestadoras de serviços, permitindo simulações com o uso de sistemas tributários, bem como, análises de interpretação das situações construídas para aprofundamento do conhecimento teórico/prático adquirido.	- Apresentar a informática como um recurso que está incorporado ao sistema tributário nacional; • Sensibilizar os acadêmicos quanto à importância da informática para o desenvolvimento dos procedimentos contábeis para a atual e futura realidade da economia de mercado; • Informar os aspectos positivos que os ambientes de informática contábil proporcionam; • Apresentar softwares aplicativos relacionados ao registro contábil do patrimônio das entidades; • Conceituar os termos técnicos que serão utilizados pelo software tributário; • Informar os procedimentos que o tributarista deve realizar na execução do registro informatizado; • Registrar os fatos tributários por meio do softwares aplicativos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Revisão geral do direito material tributário, bem como do processo tributário para o enfrentamento de problemas na esfera judicial.
Mandado de Segurança. Ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídica Tributária.
Ação de Consignação em Pagamento.
Ação Anulatória.
Execução Fiscal.
Embargos à Execução Fiscal.
Exceção de Pré-Executividade.

REFERÊNCIAS

Bibliografia Básica

1. FURLAN, Valéria. Apontamentos de direito tributário. São Paulo: Malheiros.
2. CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de direito tributário. São Paulo: Saraiva.
3. CARRAZZA, Roque Antonio. Curso de direito constitucional tributário. São Paulo: Malheiros.
4. CAIS, Cleide Previtalis. Processo Tributário. São Paulo: Revista dos Tribunais.
5. MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. Processo Tributário. São Paulo: Atlas.

Bibliografia Complementar

1. AMARO, Luciano. Direito tributário brasileiro. São Paulo: Saraiva
2. BALEEIRO, Aliomar. Direito tributário brasileiro. Rio de Janeiro: Forense.
3. BARRETO, Paulo Aires. Imposto sobre a Renda e Preços de Transferência. São Paulo: Dialética.
4. BOTTALLO, Eduardo Domingos. Curso de Processo Administrativo Tributário. São Paulo: Malheiros.
5. CARRAZZA, Roque Antonio. Curso de direito constitucional tributário, São Paulo: Malheiros.
6. FURLAN, Valéria. "A tributação em face do sujeito no direito: Não incidência do Imposto Sobre a Renda como medida de efetivação dos direitos fundamentais e humanos dos idosos, dos portadores de deficiência física e dos portadores de doenças graves." Sujeito no direito: história e perspectivas para o século XXI. Org. Valéria Furlan. Curitiba: CRV.
7. PAULSEN, Leandro. Curso de Direito Tributário. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
8. SANTOS, Nélida Cristina do. A Capacidade Contributiva e os Símbolos de Riqueza. São Paulo: Lex
9. MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Malheiros.
10. VIEIRA, Maria Leonor Leite. A suspensão da exigibilidade do crédito tributário. São Paulo: Dialética.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

EMENTA

Noções gerais de seguridade social. Saúde. Assistência Social. Previdência Social. Custeio da seguridade social. Benefícios previdenciários. Acidente de trabalho. Seguro desemprego.

ÁREA/EIXO/NÚCLEO	COMPETÊNCIA (S)	HABILIDADES
	Compreender o sistema da seguridade social, tendo em vista as políticas públicas, a realidade social brasileira e os direitos humanos sociais.	Desenvolver uma visão crítica quanto ao equilíbrio do custeio e das prestações assistenciais e previdenciárias.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – NOÇÕES GERAIS DE SEGURIDADE SOCIAL

1.1 A seguridade social na Constituição de 1988.

1.1.1 Saúde

1.1.2 Assistência Social

1.1.3 Previdência Social

1.2 Antecedentes históricos

1.3 Princípios

UNIDADE II – CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL

2.1 Fonte de custeio

2.2 Segurados e contribuintes

2.3 Contribuições

2.4 Salário de contribuição

2.5 Responsabilidade pelos débitos

2.6 Prescrição; decadência; imunidade e insenção

2.7 Restituição e compensação

UNIDADE III – PREVIDÊNCIA SOCIAL

3.1 Beneficiários

3.2 Período de carência

3.3 Salário de benefício

3.4 Benefícios

3.4.1 Auxílio-doença

3.4.2 Auxílio-acidente

3.4.3 Aposentadoria por invalidez

3.4.4 Aposentadoria por idade

3.4.5 Aposentadoria por tempo de contribuição

3.4.6 Aposentadoria especial

3.4.7 Salário - maternidade

3.4.8 Salário – família

3.4.9 Pensão por morte

3.4.10 Auxílio - reclusão

UNIDADE IV – ACIDENTE DE TRABALHO

4.1 Prevenção de acidentes

4.2 Caracterização

4.3 Formalidades

4.4 Prestações relativas a acidente de trabalho

4.5 Ação acidentária

UNIDADE V - SEGURO DESEMPREGO

5.1 Conceito

5.2 Financiamento

5.3 Beneficiários

5.4 Hipóteses de concessão

5.5 Valor do benefício

5.6 Formalidades

REFERÊNCIAS**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

IBRAIM, Fábio Zambitte. Curso de direito previdenciária. Rio de Janeiro: Impetus, 2008.

LEITÃO, André Studart; Meirinho, Grieco Santanna. Manual de direito previdenciário. São Paulo: Saraiva, 2013.

SANTOS, Marisa dos. Direito previdenciário esquematizado. São Paulo: Saraiva, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CORREIA, Érica Paula Barcha; CORREIA, Marcus Orione Gonçalves. Curso de seguridade social. São Paulo: Saraiva.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. Princípios de direito previdenciário. São Paulo: LTr.

RAMALHO, Marcos de Queiroz. A pensão por morte no regime geral da previdência social. São Paulo: LTr.

SERAU JUNIOR, Marco Aurélio. Curso de processo judicial previdenciário. Método.

TAVARES, Marcelo Leonardo. Direito previdenciário. Rio de Janeiro: Lumen juris.

TCC I**EMENTA**

A disciplina trata da elaboração da redação final da monografia para conclusão do curso e da preparação do acadêmico concluinte para a defesa perante banca examinadora.

ÁREA/EIXO/NÚCLEO Ciências Sociais Aplicadas/Formação Prático- Profissional/Direito Público	COMPETÊNCIA (S) Compreender como instrumentalizar competências necessárias à elaboração de um projeto de pesquisa na área do Direito;	HABILIDADES Conhecer os aspectos teórico-epistemológicos da produção do conhecimento e sua relação a produção do saber jurídico; Capacidade para relacionar competências necessárias à efetivação de uma pesquisa na área do Direito; Capacidade para analisar a relação entre pesquisa, produção de conhecimento e teoria jurídica
--	---	---

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Orientação na elaboração do projeto de trabalho de conclusão de curso, realizada em conjunto com o professor orientador, desde o levantamento e fichamento bibliográfico para fundamentação teórica até o desenvolvimento dos tópicos: introdução, objetivos, materiais e métodos, resultados esperados, cronograma e referências bibliográficas. Orientação da escrita de acordo com as normas de trabalhos acadêmicos da UPE.

REFERÊNCIAS

Bibliografia Básica:

Ferreira, Olavo Augusto V. Alves, LEPORE, Paulo Eduardo, LEHFELD, Lucas de Souza. Monografia jurídica - guia pratico para elaboração do trabalho científico e orientação metodológica. 1 ed. São Paulo: Método, 2011.

MEZZARROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. Manual de metodologia da pesquisa no direito. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

NUNES, Luiz Antônio Rizzatto. Manual da monografia – como se faz uma monografia, uma dissertação, tese. 1 ed. São Paulo: IBEP NACIONAL, 2011.

Bibliografia Complementar:

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZAJER, F. O Método nas ciências naturais e sociais - pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002. 204p. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Referências bibliográficas NBR 6023. Rio de Janeiro, 2002. 19p. BARDIN, L. Análise de conteúdo. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. 232p. BARRAS, R. Os cientistas precisam escrever: guia de redação para cientistas, engenheiros e estudantes. 3 ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991, 218p. CERVO, A. L.; SILVA, R.; BERVIAN, P. A. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Prentice Hall do Brasil, 2006. 176p. DMITRUCK, H. B. (Org) Diretrizes de metodologia científica. Chapecó: Argos, 2001. 121p. ECO, H. Como se faz uma tese. 18. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003. 192p. GALIANO, A. G. O método científico: teoria e prática. São Paulo: Harbra. 1986. 220p. GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176p. IMAÑA ENCINAS, J.; COSTA, A. F. O Trabalho Científico. Brasília: UnB. 1990. 12p. ISANDAR, I. J. Normas da ABNT: comentadas para trabalhos científicos. 2 ed. Curitiba: Juruá, 2003. 96p.

Ementas das disciplinas do 10º Período:

TCC II

EMENTA

A disciplina trata da defesa da monografia perante banca examinadora.

ÁREA/EIXO/NÚCLEO	COMPETÊNCIA (S)	HABILIDADES
Ciências Sociais Aplicadas/Formação Prático- Profissional/Direito Público	Compreender como instrumentalizar competências necessárias à elaboração de um projeto de pesquisa na área do Direito;	Conhecer os aspectos teórico-epistemológicos da produção do conhecimento e sua relação a produção do saber jurídico; Capacidade para relacionar competências necessárias à efetivação de uma pesquisa na área do Direito; Capacidade para analisar a relação entre pesquisa, produção de conhecimento e teoria jurídica

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Orientação da escrita de acordo com as normas de trabalhos acadêmicos da UPE. Defesa do TCC e depósito.

REFERÊNCIAS

Bibliografia Básica:

Ferreira, Olavo Augusto V. Alves, LEPORE, Paulo Eduardo, LEHFELD, Lucas de Souza. Monografia jurídica - guia pratico para elaboração do trabalho científico e orientação metodológica. 1 ed. São Paulo: Método, 2011.

MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. Manual de metodologia da pesquisa no direito. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

NUNES, Luiz Antônio Rizzatto. Manual da monografia – como se faz uma monografia, uma dissertação, tese. 1 ed. São Paulo: IBEP NACIONAL, 2011.

Bibliografia Complementar:

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZAJER, F. O Método nas ciências naturais e sociais - pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002. 204p. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Referências bibliográficas NBR 6023. Rio de Janeiro, 2002. 19p. BARDIN, L. Análise de conteúdo. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. 232p. BARRAS, R. Os cientistas precisam escrever: guia de redação para cientistas, engenheiros e estudantes. 3 ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991, 218p. CERVO, A. L.; SILVA, R.; BERVIAN, P. A. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Prentice Hall do Brasil, 2006. 176p. DMITRUCK, H. B. (Org) Diretrizes de metodologia científica. Chapecó: Argos, 2001. 121p. ECO, H. Como se faz uma tese. 18. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003. 192p. GALIANO, A. G. O método científico: teoria e prática. São Paulo: Harbra. 1986. 220p. GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176p. IMAÑA ENCINAS, J.; COSTA, A. F. O Trabalho Científico. Brasília: UnB. 1990. 12p. ISANDAR, I. J. Normas da ABNT: comentadas para trabalhos científicos. 2 ed. Curitiba: Juruá, 2003. 96p.

OBS.: As disciplinas de Estágio Supervisionado I, II, III, IV, V e VI seguem as orientações previstas no PCC do curso de Direito.